

Os espaços para habitar já de si muito condicionados pela orografia e actividades agrícolas encontram outras dificuldades pela falta de acessos que permitam mobilidade a bens e pessoas. É assente neste modelo de proximidade que a pressão se faz no vale do Homem. Esta zona servida pela nacional 205-3, estrada principal para a ligação entre Terras de Bouro (Moimenta) e o município de Braga (ver fig. 19), distante do PNPG, embora a poucos minutos de automóvel, dita uma modificação na mobilidade residencial.

A análise da distribuição e dos pedidos de alteração de uso do solo por categoria, mostram que são estas freguesias que denotam em número, um maior carácter de pressão urbana, bem como, são aquelas que menos população tem perdido, o que por si denota um carácter de urbanização periférica, longe da cidade mas perto das suas funcionalidades. Identifico claramente esta zona como estando a sofrer processos de Contraurbanização.

É hoje em dia, usual percorrer distância de casa-trabalho bastante superiores às aqui indicadas, que tendo em conta as razões de qualidade ambiental, preços dos terrenos levem a este tipo de mudanças no panorama urbanístico.

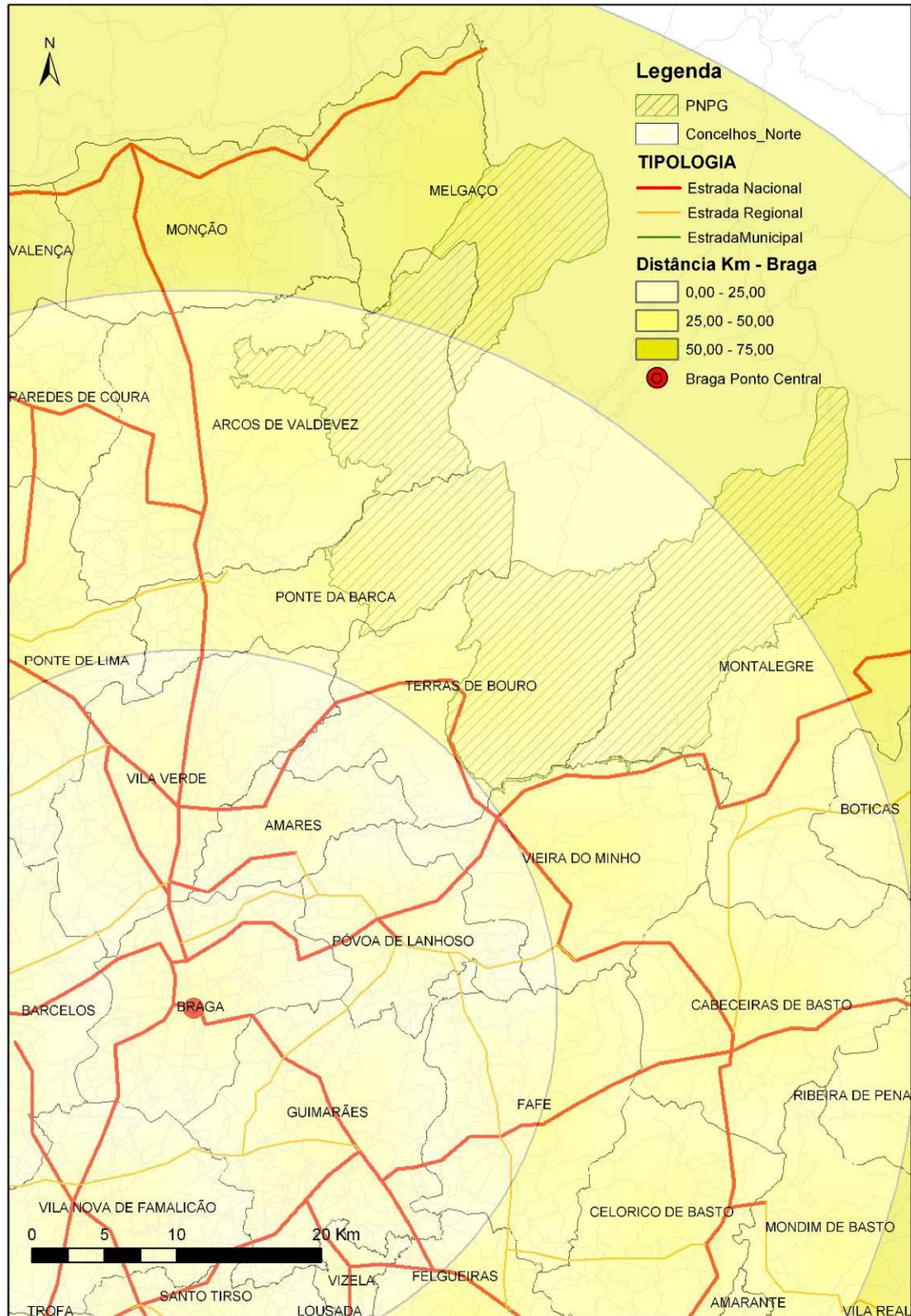
Um dado exterior ao do estudo de caso, mas que pela proximidade revela possibilidade da extensão para o município de Terras de Bouro, é o facto que o município vizinho de Amares ter visto crescer a sua população nos últimos dez anos, de 16715 para 1851 habitantes, tendo-se tornado um município dormitório de Braga.

Embora a nível de gestão territorial não seja este, um modelo defendido pelos gestores municipais, este é um facto importante para análise da pressão urbana existente naquela região.

A massificação e concentração de pedidos de alteração, vai perdendo força ao passo que se desloca para o interior do município em direcção do PNPG, aqui as pretensões são de um modo geral pontuais, e sempre ligadas à habitação em espaço rural, empreendimentos turísticos ou apenas preocupações ambientais, embora denotem sempre uma preocupação com o usufruto de equipamentos essenciais como educação, saúde, lazer.

É nestes espaços do interior do PNPG e/ou sua envolvência que as pressões se identificam com um carácter de Naturbanização, pois, quem aqui tenta fixar residência, procura uma qualidade de vida “superior” (ver fig. 20 a 23), aliando a vida dos aglomerados urbanos, onde trabalham com o desfrute da riqueza paisagística e natural destas freguesias e do PNPG.

Figura n.º 19. – Zonalidade temporal entre o principal pólo urbano e o PNPG.



Fonte: Cartografia Vectorial IGEO, ICBN.

Figura n.º 20. – Áreas de Equipamentos e de casas de férias ou 2.ª Habitação.



Figura n.º 21. – Áreas de Equipamentos e de casas de férias ou 2.ª Habitação



Figura n.º 22. – Áreas de Equipamentos e de casas de férias ou 2.ª Habitação



Figura n.º 23. – Áreas de Equipamentos e zona Residencial de Luxo.



SÍNTESE

O município de Terras de Bouro é morfologicamente bastante acidentado, com declives abruptos, suavizando-se apenas na envolvência dos seus principais rios, Cávado e Homem.

Esta fisionomia de profundos cortes paisagísticos, embora enriquecedora do quadro cénico do Município, originou à bipolarização do território entre o Vale do Cávado e o Vale do Homem.

Evidencia-se uma significativa quebra de população cerca de 11%; decrescendo o seu número de habitantes de 9406, em 1991, para os 8350, em 2001, apontando as projecções para um decréscimo da população. Estas projecções não tem em conta a pressão evidenciada urbanisticamente nos últimos anos).

No que respeita à concentração de população, destaca-se a freguesia sede de Concelho, com uma densidade populacional relativamente elevada (cerca de 240 habitantes por Km²), acima da densidade populacional do país (173,5 hab./Km²), mas bastante abaixo da densidade verificada na NUT Cávado (318,9 hab./Km²). Segue-se-lhe uma freguesia vizinha, Balança, com uma densidade populacional próxima de 100 hab./Km². A um nível intermédio, para o Concelho, tem-se Rio Caldo, Valdosende, Carvalheira, Chamoin, Vilar, Choreense e Gondoriz acima dos 25/ hab./Km². Com as mais baixas densidades populacionais do Concelho surgem Campo do Gerês, Brufe e Monte com densidade abaixo dos 15 hab./Km².

Ao longo das últimas décadas, deparamo-nos com um aumento dos índices de envelhecimento, mas relativamente ao número de famílias, foi registado um aumento não muito significativo do ponto de vista percentual, com uma variação de cerca de 2% em relação a 1991; mas tendo em atenção que houve uma perda significativa de população, esta variação indica-nos uma modificação da estrutura das famílias terrabourenses.

Em termos de ordenamento Territorial o município de Terras de Bouro apresenta, de facto, ao nível da estrutura do povoamento uma forte descentralização dos aglomerados repartidos por várias aldeias/lugares. Estes Aglomerados Urbanos não se encontram muito consolidados, exceptuando a sede de concelho e a parte Central da Vila do Gerês; trata-se essencialmente de um povoamento disperso.

Esta classificação indica-nos uma estrutura de povoamento em função de zonas homogéneas onde são permitidos diferentes índices e directrizes urbanas, mas onde se evidencia também uma concentração de equipamentos e serviços.

As acessibilidades são globalmente, fracas, excluindo a rede de Estradas Nacionais que ligam Terras de Bouro ao pólo Urbano de Braga.

Conhecidos os aspectos socio-económicos e físicos que caracterizam o município de Terras de Bouro, parto agora para a avaliação das pressões de urbanizar este território.

Para extrair indicativos de Naturbanização e Contraurbanização dos pedidos de Alteração ao PDM, foi preciso elaborar uma metodologia apoiada sobre a evolução legal dos modelos de ordenamento do território e sobre as ferramentas SIG para apreender e correlacionar estas pressões com os fenómenos.

Todos os pedidos de alteração foram estudados rigorosamente em vários aspectos técnicos definidos por mim (tabela n.º 1), para que me seja permitido classificá-los dentro de uma tipologia.

Esta tipologia permitiu “filtrar” os dados, sabendo se eram apenas pressões clássicas de habitar o espaço, pressões pelo fenómeno Contraurbanização ou pressões pelo fenómeno Naturbanização.

Utilizou-se os pedidos de Alteração do PDM, pois são o espelho do padrão de oferta e procura das zonas de expansão.

Existe uma forte dependência, nas freguesias com melhor vias de comunicação, com o maior número de pedidos (à excepção de Vilar da Veiga).

Existe um modelo global de crescimento de edifícios e diminuição da população em todas as freguesias, menos a sede de município, mais urbana e concentradora de funções e serviços.

A análise dos inquéritos permitiu diferenciar a habitação entre freguesias, pois embora haja uma maior pressão de construção nas freguesias mais próximas a Braga e da sede de município, o número de pressões urbanas em freguesias rurais são altos. A percepção pessoal do território e o conhecimento da população permitiu ver que associados aos pedidos em zonas mais urbanas se fazem por pessoas que habitam e trabalham diariamente fora do município, mas que, embora sensíveis à riqueza paisagística, estão menos preocupadas com o carácter ambiental, do que as que fixam residência ou querem fixar em zonas mais rurais.

Através da leitura das características físicas e socio-económicas do município e da leitura dos inquéritos de Alteração ao Solo que pude percepcionar os fenómenos.

VI - CONCLUSÕES DO ESTUDO E RELAÇÃO DA NATURBANIZAÇÃO E CONTRAURBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

Analisado o território pelos meios cartográficos e numéricos aqui disponibilizados, mas também pela percepção activa da vivência no território (cerca de trinta anos), tornam-se evidentes as mudanças ocorridas nesta área do território português. A existência de um Parque Nacional, a riqueza paisagística das suas serras e montes e as barragens que ocupam os principais vales, trouxeram mudanças culturais, sociais e económicas a esta região.

A outrora sociedade rural e de actividade agrícola, passa agora à terciarização cada vez mais importante, sendo, dentro desta, as principais áreas os serviços públicos e o serviços de comércio e serviços ligados ao turismo.

Outro factor de mudança prende-se com a quantidade de habitações existentes e do aumento das mesmas nas aldeias deste território. É uma verdade que se tem evidenciado, mas com diferenças no tipo de habitação. As aldeias de Brufe, Campo do Gerês, Covide, Vilar, embora sejam das freguesias mais rurais do município, ao nível do número de pedidos denotam uma incidência alta, quase ao nível das freguesias mais perto do centro urbano de Braga, como as freguesias de Rio Caldo e Valdosende (Vale do Cávado) e das freguesias de Balança, Ribeira, Souto (Vale do Homem).

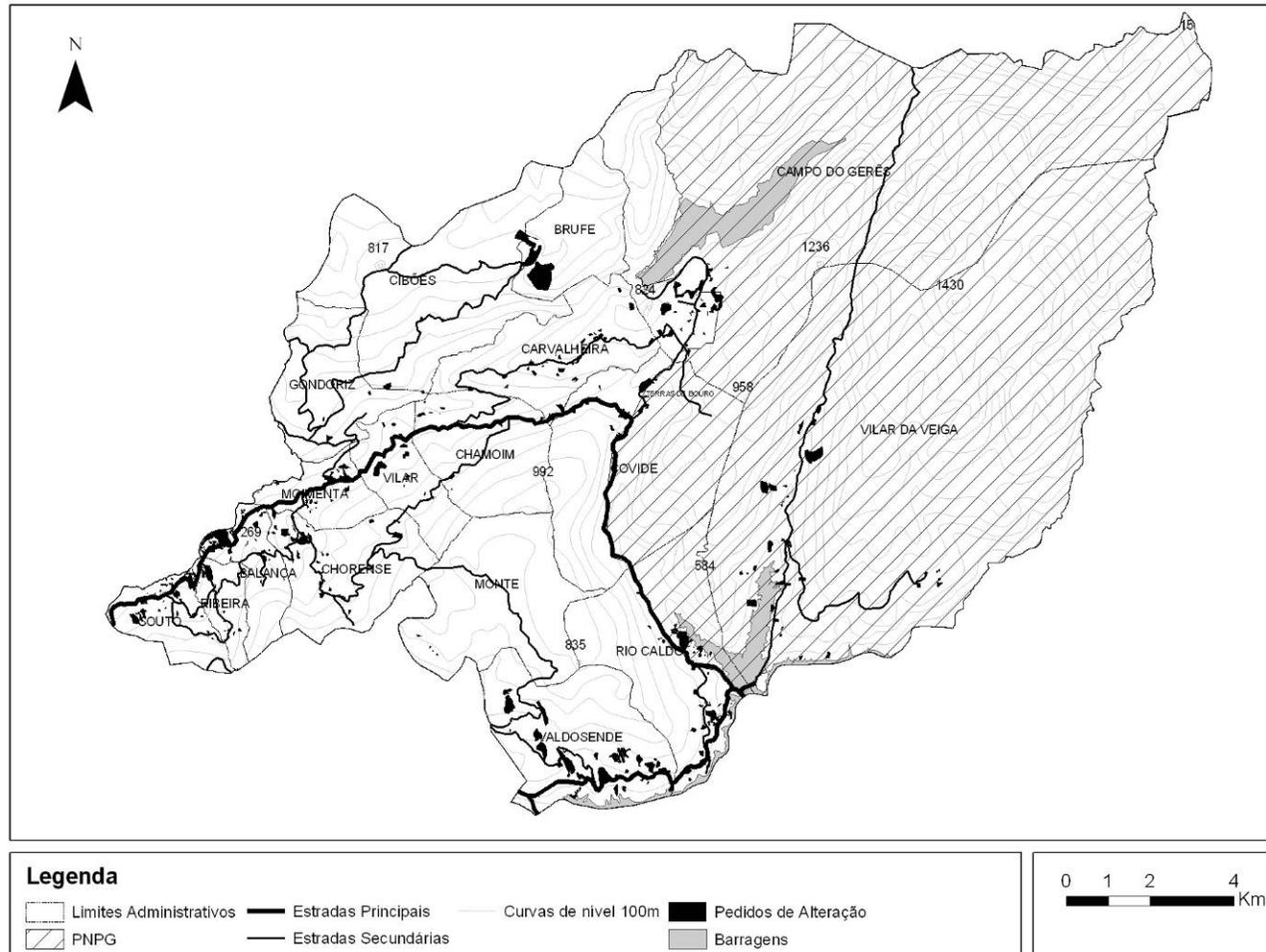
Interessa, assim, responder agora à pergunta inicial, o porquê do existente crescimento e forte pressão urbanística sobre uma área rural, tão significativamente, marcada pelos condicionalismos territoriais?

Analisar que tipo de fenómeno e de que forma se podia avaliar foi um dos desafios maiores desta tese. Chegando-se à conclusão geral que a Naturbanização, ocorre de processo similar, Contraurbanização, embora, encerre em si diferentes características difíceis de destrinçar.

Partir para uma metodologia de análise que o permita provar, não recorrendo apenas ao método pioneiro e original, estudo das dinâmicas da população, foi o mais difícil, principalmente, pelo histórico da vivência e da organização espacial do Ordenamento do Território existente ao nível nacional.

Assim, de forma a quantificar e mostrar os resultados que serviam de prova a este novo processo foi necessário, para além da análise socio-económica e suas dinâmicas, acrescer com os pedidos de audiência prévia do PDM de Terras de Bouro.

Figura n.º 24. – Localização dos Pedidos de Alteração no Território de Terras de Bouro.



Estes pedidos são uma fonte de trabalho muito rica, pois transmitem em si as pressões urbanas, onde, de que tipo Ver fig. 24), como e para que fins que, apenas pela avaliação da dinâmica populacional, não se consegue.

Classificar tipologicamente os pedidos de alteração teve de ser feito para que se pudesse estabelecer então, dentro dos vários tipos, aqueles que realmente se indicam como os pertencentes ao grupo de Contraurbanização e de Naturbanização, retirando-os do grupo global de modificações do solo. Esta classificação permite, assim, estabelecer três tipos padrões de crescimento e intenções no território.

Nessa análise verificámos que no município de Terras de Bouro, em todas as freguesias, houve um aumento do número de alojamentos familiares e um aumento da habitação, exceptuando a freguesia sede de concelho em que aumenta a população e em consequência aumenta o parque habitacional. Este facto dá-se também pelo carácter ainda de aglutinação em centros urbanos que os municípios mais rurais assistem nas últimas décadas com a quebra das actividades agrícolas.

A quebra de população existente é contraproducente para a prova da Naturbanização, pois, quando este processo ocorre, dá-se também um significativo retrocesso na dinâmica de perda de população das áreas rurais que recuperam ou estabilizam os seus habitantes.

No entanto, existe um segundo item prático que prova o princípio de atracção, por algo que a área rural desperta e, em especial zonas próximas do PNPG, o aumento das habitações existentes no município de Terras de Bouro sofre um aumento de cerca de 27%, ao passo que a sua população decresce mais de 11%.

Tem-se no entanto, de ter em atenção que o crescimento das habitações se dá aliada a um fenómeno crescente em Portugal, que se trata da segunda habitação, por isso, os dados da Audiência Prévia serem fulcrais pois, além de identificar os terrenos, os donos a profissão do requerente, entre outros, permitem pela pretensão saber o tipo de fim, a que se destina a habitação.

Mesmo a nível de um território tão restrito como um município, existem diferenças nas pressões evidenciadas, distingo, então, dois factores que levariam as pessoas a preferir estas áreas. A primeira liga-se com a acessibilidade e aos movimentos casa-trabalho, mas numa relação de maior proximidade ao centro Urbano Braga (Contraurbanização). A segunda ligada com o com a riqueza paisagística, protecção ambiental, servida por uma quantidade de serviços e equipamentos mínima que permite suportar os padrões de vida, sendo por último factor a deslocação casa-trabalho (Naturbanização).

Esta nova pressão de habitação é hoje um dos aspectos principais na actual dinâmica Rural, prende-se com a iniciativa dos proprietários de zonas urbanas mais saturadas que, agora, recorrem a estas zonas rurais, menos compactas de urbanização e que oferecem uma qualidade de vida superior em termos ambientais. Isto leva a uma procura cada vez maior deste tipo de espaços, para edificação de casas de primeira habitação ou mesmo de segunda habitação, deslocando-se, *a posteriori*, para o local de trabalho em pólos urbanos mais próximos.

Esta dinâmica acarreta consigo a necessidade de assistir as pessoas com alguns equipamentos e infra-estruturas básicas: escolas, equipamentos públicos, etc.

Os pedidos, essencialmente de pretensões pontuais desfasadas no território, advêm do facto dos proprietários não disporem de outros terrenos perto das povoações, ou então, por proprietários que pretendem construir as suas casas de montanha, inseridas no espaço florestal.

É aqui que confirmo que existe uma distinção entre a pressão urbana ocorrida nas freguesias de Valdosende, Balança, Ribeira, Souto e as de Campo do Gerês, Brufe e Covide; pois, nas primeiras existe de facto um processo de desconcentração da zona urbana de Braga, Amares e Vila Verde para as “franjas” do município de Terras de Bouro, enquanto que os pedidos das últimas freguesias indicadas, estão meramente lá sedeados por novos princípios, requisitos e preocupações ambientais, que muitas vezes fazem subir os preços dos projectos e das habitações, o que revela um nova preocupação de urbanização.

Não se defende aqui, um novo modelo de liberização e de alteração de usos do solo que permitam enriquecer o espaço rural por formas de urbanização clássica, alias, estas áreas devem na mesma ser protegidas, pois, a sua significância e atractividade ambiental, devem-se mesmo ao seu carácter protegido.

Os objectivos científicos deste trabalho foram atingidos, pois demonstra-se nesta dissertação, de forma inequívoca, a existência o início de pressões urbanas; que se distinguem como o fenómeno da Naturbanização e da Contraurbanização em território Terrabourense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVOEIRO, Ana; MARGARIDA, Ana; - Legislação de direito do ordenamento do território e do urbanismo -909 p.;21 cm, 2002.

AMARAL, Diogo Freitas do, e outros; Direito do Urbanismo, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1989.

ASCHER, François, "Métapolis ou l'avenir des villes", Paris, Éditions Odile-Jacob, 1995.

BERRY, B. J. *Urbanization and Counterurbanization* (New York: Arnold), 1976.

CARVALHO, Jorge, e outros; Perequação Taxas e Cedências: administração urbanística em Portugal, Coimbra, Almedina, 2003.

CHAMPION; Tony, Urban Demographic Futures Migration and Urban Demographic change in the united kingdom, 4 páginas, 2004.

CHAMPION, Tony; -Counterurbanization. The Changing Peace and Nature of Population Deconcentration-;; (London: Arnold), 1989.

CHAMPION AG. Studying counterurbanisation and the rural population turnaround. In: Boyle P, Halfacree K, editors. Migration into Rural Areas: Theories and Issues. Chichester, UK: Wiley, pp 21–40, 1998.

CHOAY, Françoise; *O Urbanismo: Utopia e realidades de uma antologia*; São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

Counterurbanization and Its Socioeconomic Effects in High Mountain Areas of the Sierra Nevada (California/Nevada) Roland Löffler and Ernst Steinicke, , pag. 64 a 71, Fevereiro de 2006.

CORREIA, Fernando Alves; O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade, Coimbra, Coleção Teses, Almedina, 1989.

CORREIA, Francisco Nunes et al, Desertificação em Portugal – Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano, DGOTDU 2004.

COSTA LOBO M.; “Regionalização e Participação – Conceitos Básicos da Gestão do Território” ; 1996.

DELGADO, Ana Alvoeiro; RIBEIRO, Ana Maria Cunha; Legislação de Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

DEMATTEIS, Giuseppe; “Nuove forme de organizzazione territoriale” – Geografia e società, Le veti urbane fra decentramento e centralità, Petros Pretrimeris (org.), Milão, Franco Angeli ed., 2.- ed., 33, 1998.

DGOTDU; Indicadores e Parâmetros Urbanísticos, Lisboa, DGOTDU, 1996.

FERRAS; Sexto, C. *El fenómeno de la contraurbanización en la literatura científica internacional, Ciudad y Territorio-Estudios Territoriales*, XXX(117 – 118), pp. 607 – 627, 1998.

Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local, DGOTDU, 2000.

HALL, Peter; *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planeamento e do projeto urbanos no século XX*; Editora Perspectiva, 2004.

HAGGETT, P. *Análisis Locacional en Geografía Humana* (Barcelona: Gustavo Gilli), 1976.

HEWITT, Nicola, -Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local: Como implementar o planeamento ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade: Orientação para as autoridades locais participantes na campanha das cidades e vilas europeias sustentáveis, 2000.

INE; Base Geográfica de Referenciação de Informação, Instituto Nacional de Estatística, 2001.

INE; Atlas das Cidades de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, 2001.

Jornal Pessoas e Lugares Nº 22 – II Série, Rede Portuguesa LEADER+, 2004, •
Vocabulário de Termos e Conceitos de Ordenamento do Território, DGOTDU, 2005.

Journal of Environmental Planning and Management, Routledge, part of the
Taylor & Francis Group, Volume 48, Number 1 /, 65 – 83, January 2005.

LE CORBUSIER; *Planejamento urbano*; São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

LOURENÇO, L., Risco de Incêndio Florestal em Portugal, Informação Florestal,
Lisboa, 1994.

LOURENÇO, Júlia Maria B.; Instrumentalização do Plano-Processo – Uma
Aplicação Às Áreas a Urbanizar”; Lisboa, 1997.

LOURO, Victor; - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-
2015 • Desertificação: Sinais, Dinâmicas e Sociedade, Editora Piaget, 2004.

LOSCH, A. (*The Economics of Location* (New Haven, CT: Yale University Press,
1954.

MACHADO. Alberto, Trabalho, Economia e Tecnologia - Novas Perspectivas
para a Sociedade Global-, Trabalho, Economia e Tecnologia: Novas Perspectivas para
a Sociedade Global / Jorge Alberto S. Machado (organizador). -- São Paulo: Tendenz;
Bauru: Praxis,. 2a. Ed. 197 p. ; 21 cm, 2003.

M.E.P.A.T, CCRN; Glossário de Termos, Porto, CCRN, 1998.

PARTIDÁRIO, Maria Rosário; Introdução ao Ordenamento do Território Aveiro,
1999.

PARTIDÁRIO, Maria Rosário, - Guia para a Estratégia de Impactes em Ordenamento do Território - , DGOTDU, 2003.

PARTIDÁRIO, Maria Rosário; - Introdução ao Ordenamento do Território, Universidade Aberta, Lisboa, 1999.

PRADOS, Maria José -Territorial Recognition and Control of Changes in Dynamic Rural Areas:Analysis of the Naturbanization Process in Andalusia, *Journal of Environmental Planning and Management*, Vol. 48, No. 1, 65 – 83, January 2005.

RYKWERT, Joseph, "A sedução do lugar - A história e o futuro da cidade", S. Paulo, Martins Fontes, 2004.

VALENTE DE OLIVEIRA L.; "Regionalização" 1996.

VÁSQUEZ, Carlos García, "Ciudad hojaldre - Visiones urbanas del siglo XXI"; Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2004.

VEIGA, J., E.; "A Relação Rural/Urbano No Esenvolvimento Regional" - II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul, 28 Set.-01 Out., 2004.

VIANA, Pedro; - Território, povoamento, construção : manual para as regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês / [pref. Luís Braga da Cruz]. - 134 p. : il. ; 21 cm, 1998.

FONTES

Cartografia Oficial de Portugal, IGEO, 2005.

Cartografia Vectorial 1/10 000, concelho de Terras de Bouro.

Cartografia Vectorial do PDM de Terras de Bouro, Carta de Regulamento da Plano Director Municipal de Terras de Bouro, 1996.

Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, série M 888, folhas n.º 30,31,42,43,44.

INE, Instituto Nacional de Estatística, Censos de 1991 e 2001, - resultados Definitivos – Região do Norte.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Minho, 2002.
Ordenamento e Condicionantes, 1995.

Ortofotomapas, concelho de Terras de Bouro.

Regulamento Plano de Ordenamento da Albufeira de Caniçada, 2002.

LEGISLAÇÃO

Lei n.º 11/87, Lei de Bases do Ambiente

Convenção das Nações Unidas sobre Desertificação 17, de Junho de 1994

Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto, Direito de Participação Procedimental e de Acção Popular

Lei n.º 48/98, Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo

Lei n.º 35/98, de 18 de Julho, Lei das Organizações Não Governamentais de Ambiente

DL n.º 380/99, Instrumentos de Gestão Territorial

DL n.º 69/2000, Avaliação de Impacte Ambiental

2003/35/CE, de 26 de Maio, Participação Pública

DL 197/2005, de 8 de Novembro, participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente

Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, Reserva Ecológica Nacional (REN)

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo

DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, altera o DL n.º 380/99, de 22 de Setembro

DL n.º 316/2007, de 19 de Setembro, altera o DL n.º 380/99, de 22 de Setembro

RCM n.º 162/2004, de 11 de Novembro, Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Portaria n.º 389/2005, de 5 de Abril de 2005, regulamenta Projecto de Intervenção em Espaço Rural

Endereços electrónicos

<http://www.dgotdu.pt>

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)

<http://www.ccdr-n.pt>

Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte

<http://www.geota.pt>

Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA)

<http://www.maotdr.gov.pt>

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

<http://www.idrha.min-agricultura.pt>

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHA)

<http://www.wikipedia.org>

<http://www.urbanismo.pt>

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO MUNICÍPIO

Neste capítulo procede-se, numa primeira parte, a uma breve análise do contexto e situação socio-económica do concelho, tendo como ponto de partida a leitura de alguns indicadores sintéticos de desenvolvimento do concelho, da evolução dos níveis de actividade económica e desemprego, estrutura do emprego e dos principais sectores, bem quanto à qualificação e níveis de instrução da população.

Numa segunda parte, aborda-se a questão das políticas de ordenamento do concelho, apresentando-se, para o efeito, uma breve síntese sobre a hierarquização dos aglomerados urbanos, e dinâmicas de desenvolvimento à luz da estratégia do PDM de 1996, que se encontra actualmente em revisão.

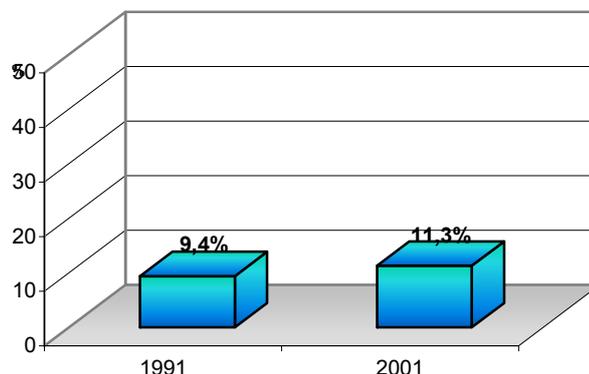
ACTIVIDADES ECONÓMICAS E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSO HUMANOS

Para que se reforce as perspectivas e estratégias de desenvolvimento para a actividade económica a nível local, que poderão requerer níveis de qualificação tendencialmente mais elevados, mais versáteis, mais qualificados, que atrairão mais investimentos a nível privado.

Nível de Actividade Económica e Emprego

No que respeita à taxa de desemprego em Terras de Bouro, esta aumenta quase 3 pontos percentuais em 10 anos, cifrando-se, em 2001, na casa dos 11.3%, o que pode revelar sintoma de alguns estrangulamentos ao nível do mercado de trabalho local.

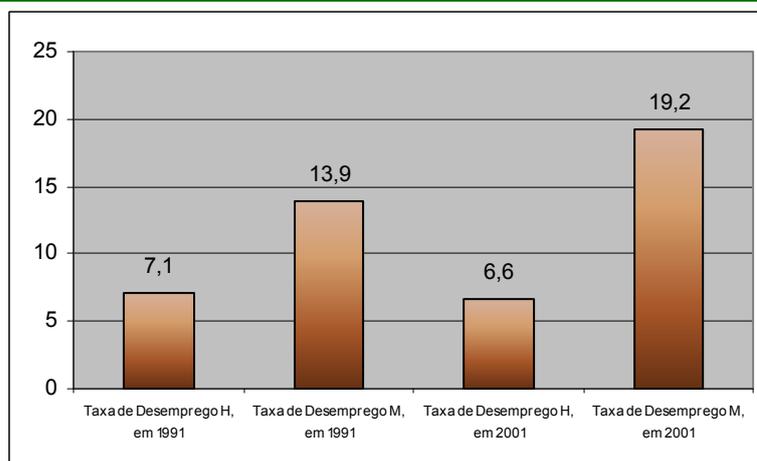
Gráfico da Evolução da Taxa de Desemprego Terras de Bouro



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Despistando situações de natureza estrutural do mercado de trabalho, tais como o nível de desemprego de longa duração, que se estima significativo para a população em causa, tendencialmente envelhecida e com relativamente baixos níveis de qualificação, os valores para o número de jovens inscritos no Centro de Emprego, que serve a região (Braga), tenderam a aumentar significativamente para o ano de 2001.

Gráfico da Evolução e estrutura do Desemprego em Terras de Bouro

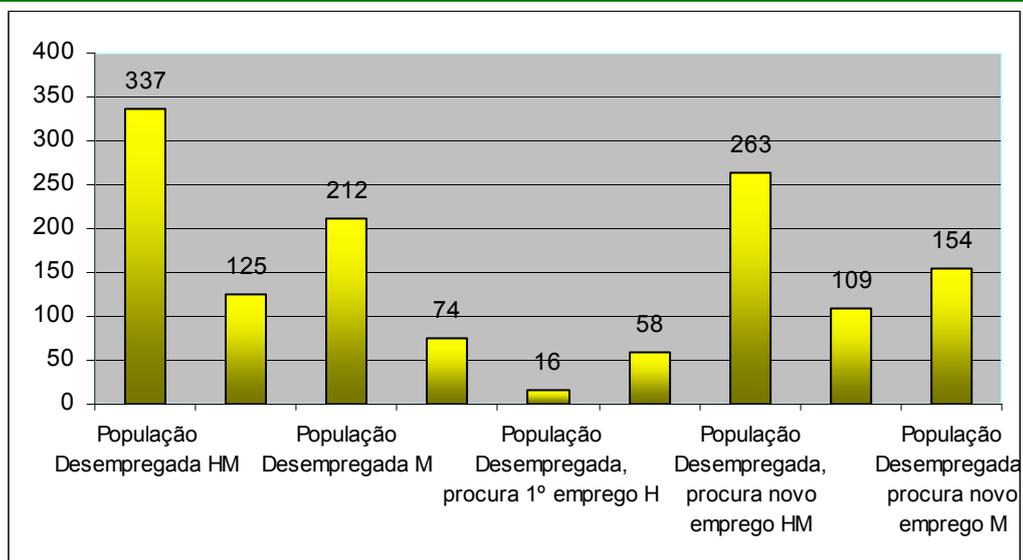


Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Aferimos que o aumento da população desempregada tem mais significado junto da população do sexo feminino, onde o aumento se situou acima dos 5%.

Inversamente os Homens vêm descer a taxa de desemprego, ainda que muito tenuamente, em cerca de meio ponto percentual.

Gráfico da Evolução e estrutura do Desemprego em Terras de Bouro



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Tabela da População Activa, Inactiva, Empregada e Desempregada, 2001.

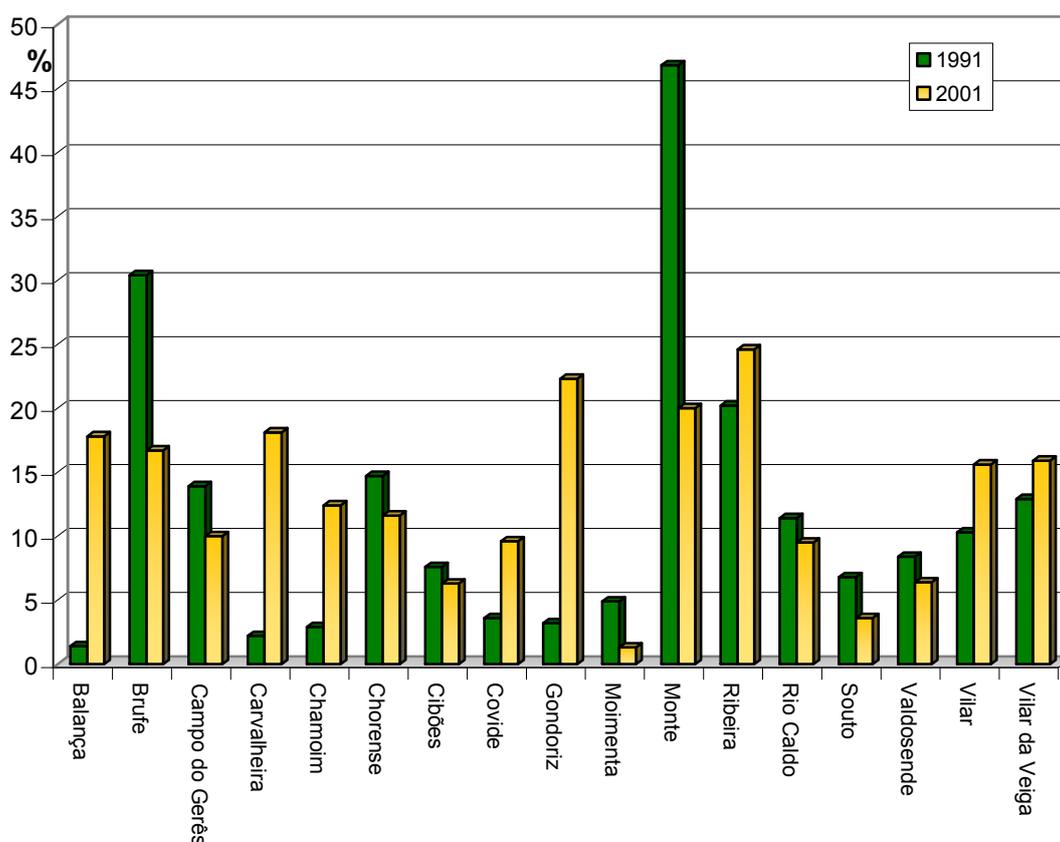
Unidade Geográfica	Pop. Activa	Pop. Emp.	Pop. Desemp.	Pop. Inactiva
Balança	157	129	28	180
Brufe	12	10	2	35
Campo do Gerês	60	54	6	94
Carvalheira	155	127	28	214
Chamoim	145	127	18	166
ChoreNSE	242	214	28	238
Cibões	144	135	9	239
Covide	166	150	16	186
Gondoriz	112	87	25	170
Moimenta	313	309	4	352
Monte	30	24	6	92
Ribeira	65	49	16	122
Rio Caldo	349	316	33	456

Souto	196	189	7	261
Valdosende	236	221	15	358
Vilar	45	38	7	115
Vilar da Veiga	561	472	89	694
Terras de Bouro	2988	2651	337	3972

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Apercebemo-nos que a maior parte da população desempregada, está à procura do primeiro emprego, 263 pessoas contra as 154 que procuravam novo emprego, e que, são as mulheres que se encontram sempre em maior número nestes diferentes sectores.

Gráfico da Evolução da Taxa de Desemprego em Terras de Bouro por freguesia

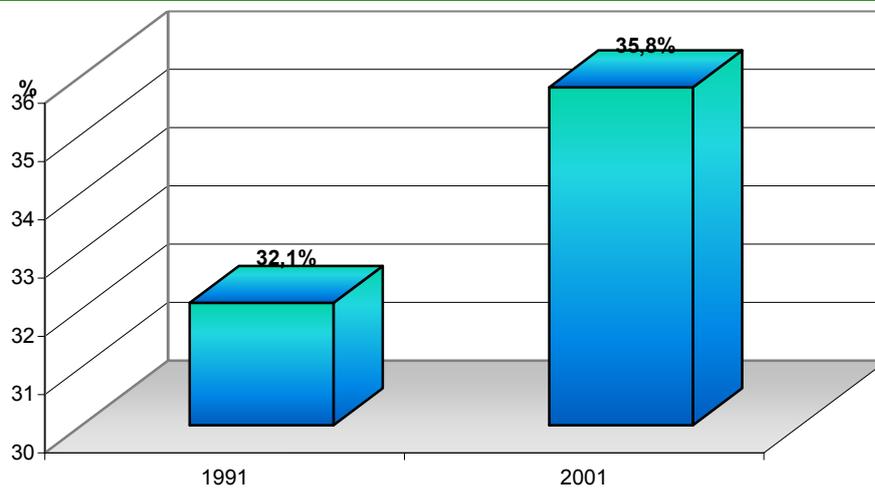


Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Apercebemo-nos que as freguesias mais rurais do concelho eram aquelas que também tinham a maior taxa de desemprego em 1991, Brufe e Monte, sobressaindo em relação às restantes freguesias em muitos pontos percentuais, encontrando-se no caso de Monte quase 50% da população sem emprego. Esta situação inverte-se em 2001, baixando significativamente as taxas de desemprego nestas duas freguesias.

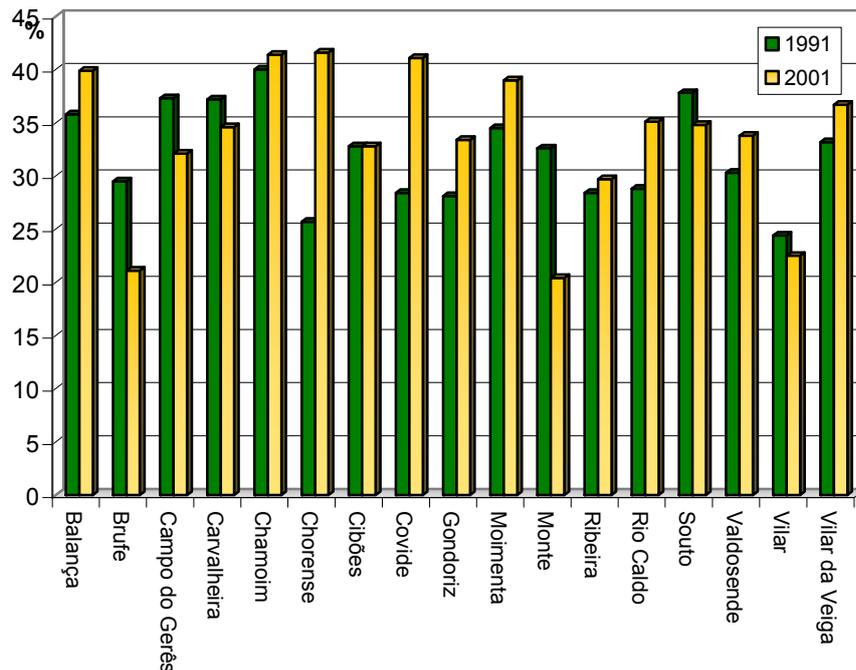
A evolução do nível de actividade da população, medido pela taxa de actividade, revela evoluções no município de Terras de Bouro no período compreendido entre os dois últimos Recenseamentos Gerais da População.

Gráfico da Evolução da Taxa de Actividade em Terras de Bouro



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Gráfico da Evolução da Taxa de Actividade em Terras de Bouro por freguesia



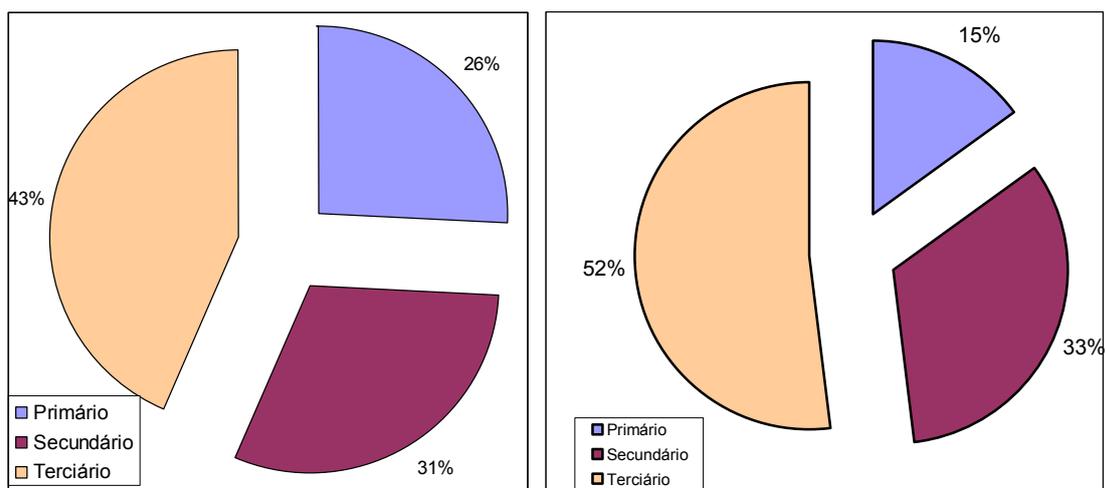
Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Verifica-se, assim, um aumento efectivo do seu nível de actividade, sendo observada uma subida deste indicador, ao longo dos dez anos em análise, de quase 4 pontos percentuais (lembrar que o nível de actividade inclui a contabilização da população empregada e desempregada).

Estrutura do Emprego, Sectores de Actividade

No que respeita à repartição da população residente empregada por sectores de actividade, constata-se uma marcada perda de peso (11%) do sector primário no total do emprego ao longo da década, sendo esse peso transferido não só para o sector terciário, mas também para o sector secundário, que aumentam quer em termos relativos (em cerca de 9 pontos percentuais o sector terciário e em 2 pontos percentuais o secundário) face a 1991, quer em números absolutos de efectivos.

Gráfico da Evolução dos sectores de actividade 1991 a 2001.



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Em 1991, grande parte da população trabalhava no sector primário, dedicando-se sobretudo as suas explorações agrícolas. A freguesia de Monte (St^a Isabel do Monte) é bem prova disso onde mais de 90% da população trabalhava na agricultura. Seguem-se-lhe ainda mais cinco freguesias em que a actividades do sector primário se mostra em maior número; Balança, Brufe, Chamoim, Cibões e Gondoriz.

Tabela da População por sector de actividade 1991.

Unidade Territorial	Primário		Secundário		Terciário		TOTAL
	Global	%	Global	%	Global	%	
Balança	60	43	28	20	51	37	139
Brufe	8	50	5	31	3	19	16
Campo do Gerês	8	13	21	34	33	53	62
Carvalheira	53	30	60	34	62	35	175
Chamoim	81	48	32	19	55	33	168
Chorense	18	14	59	44	56	42	133
Cibões	87	48	21	12	74	41	182
Covide	46	34	42	31	46	34	134
Gondoriz	57	48	20	17	43	36	120
Moimenta	14	6	65	26	174	69	253
Monte	30	91	2	6	1	3	33
Ribeira	17	25	20	30	30	45	67
Rio Caldo	42	14	125	41	137	45	304
Souto	65	30	42	19	113	51	220
Valdosende	56	27	78	38	72	35	206
Vilar	14	27	15	29	23	44	52
Vilar da Veiga	44	9	202	43	228	48	474
Terras de Bouro	700	26	837	31	1201	43	2738

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Tabela da População por sector de actividade 2001.

Unidade Territorial	Primário		Secundário		Terciário		TOTAL
	Global	%	Global	%	Global	%	
Balança	20	16	43	33	66	51	129
Brufe	2	20	6	60	2	20	10
Campo do Gerês	3	6	13	24	38	70	54
Carvalheira	13	10	48	38	66	52	127
Chamoim	28	22	49	39	50	39	127
Chorense	52	24	64	30	98	46	214
Cibões	77	57	23	17	35	26	135
Covide	39	26	37	25	74	49	150
Gondoriz	18	21	27	31	42	48	87
Moimenta	16	5	71	23	222	72	309
Monte	4	17	8	33	12	50	24
Ribeira	3	6	20	41	26	53	49
Rio Caldo	41	13	108	34	167	53	316
Souto	39	21	36	19	114	60	189
Valdosende	22	10	106	48	93	42	221
Vilar	5	13	9	24	24	63	38
Vilar da Veiga	12	3	208	44	252	53	472
Terras de Bouro	394	15	876	33	1381	52	2651

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

As freguesias de Chorense, Rio Caldo e Vilar da Veiga são das freguesias com mais activos no sector secundário, embora nesta duas últimas seja mais importantes as actividades do sector terciário.

A sede de concelho é a freguesia em que o sector terciário tem mais peso, acompanhada de Campo do Gerês e Souto. Monte distingue-se por ser a freguesia que menos efectivos têm em actividade no sector terciário em 1991.

Em 2001 a grande marca vinca-se pela grande perda do sector primário essencialmente para o sector terciário. Contrariando este facto está o crescimento do sector primário na freguesia de Cibões em detrimento do sector terciário, ocupando agora o lugar da freguesia com maior percentagem de efectivos neste sector.

No reverso da medalha encontra-se a freguesia de Monte, que muda radicalmente de posição; a percentagem de actividade no sector primário situa-se agora na das freguesias mais baixas e o sector terciário nas das mais altas.

Moimenta continua a ser a freguesia mais terciarizada, acompanhada por Campo do Gerês, Souto e Vilar, estas últimas vizinhas da sede de concelho.

Qualificação dos trabalhadores e Nível de Ensino da População

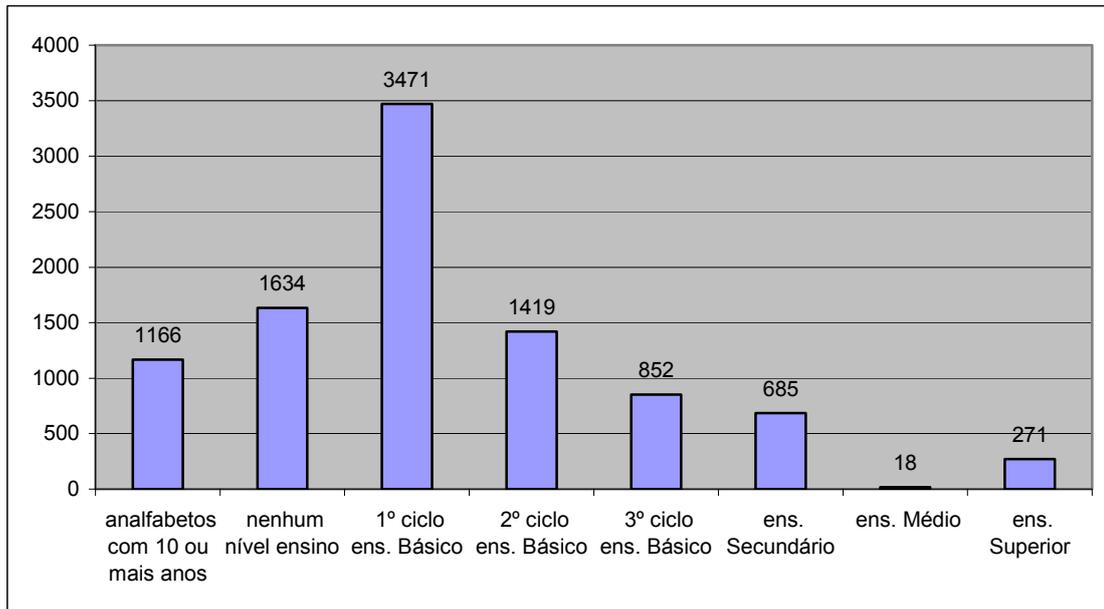
Importa agora caracterizar a população do município de Terras de Bouro ao nível das suas habilitações literárias.

A nível do analfabetismo, vê-se que os valores registados em Terras de Bouro são ainda consideráveis, embora haja uma redução da taxa entre os dois períodos inter censitários (18,2% em 1991 para os 15,6% em 2001). Mesmo assim, situa-se bastante acima dos valores registados para o Vale do Cávado (9,5% em 1991 e 7,5% em 2001).

Como pude verificar pelo seguinte gráfico em 2001 a maior faixa da população distribui-se pelos níveis mais baixos de educação. Vê-se que o número de pessoas com o Ensino Secundário e Superior não chegam ao milhar. Grande parte da população apenas estudou até ao primeiro ciclo do Ensino Básico (vulgo quarta classe).

Perante este cenário observa-se que a população em geral está ainda muito aquém das expectativas de educação que se pretende para este novo milénio, considerando-se uma população muito pouco profissionalizada e especializada.

Gráfico do Nível de Ensino da população 2001



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Este factor pode ser relevante a nível da atracção (da não atracção) de investimentos, pois revela uma população ainda muito ligada ao sector primário e com falta de formação profissional. A inversão destes factores, apelidando ao investimento na qualificação, torna-se, assim, essencial, para que haja uma futura aposta na modernização, conferindo uma nova dinâmica ao concelho.

É de prever uma mudança significativa destes valores num futuro próximo, pois a possível mudança do ensino obrigatório dos 9 para os 12 anos levaria ao aumento de pessoas com o Ensino Secundário.

Em termos de aposta futura, a curto prazo, para que se modifique estruturalmente este gráfico, poder-se-á apostar no Ensino Recorrente e Sénior, não tendo de esperar pelo crescimento das novas gerações para mudança deste cenário, o que levaria bastante tempo (cerca de duas décadas).

ANÁLISE TERRITORIAL (CONSULTA PÚBLICA)

Os dados a seguir apresentados, apenas reflectem na parte final do trabalho decorrido. A base de dados inicial com todos os parâmetros e dados não é aqui exposta por motivos de confidencialidade dos dados e devido ao excesso de páginas que acresceria a este tese.

Ficam assim exposta as imagens da análise física e da sua localização nas freguesias.

A tabela que se apresenta faz parte da avaliação final dada a cada pedido segundo o seu requerente, exercício que normalmente se apresenta para definir a viabilidade dos pedidos apresentados no padrão de ordenamento territorial.

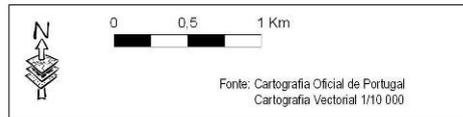
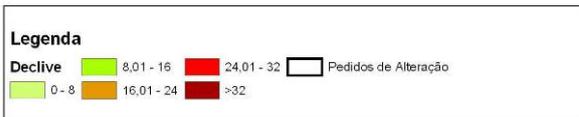
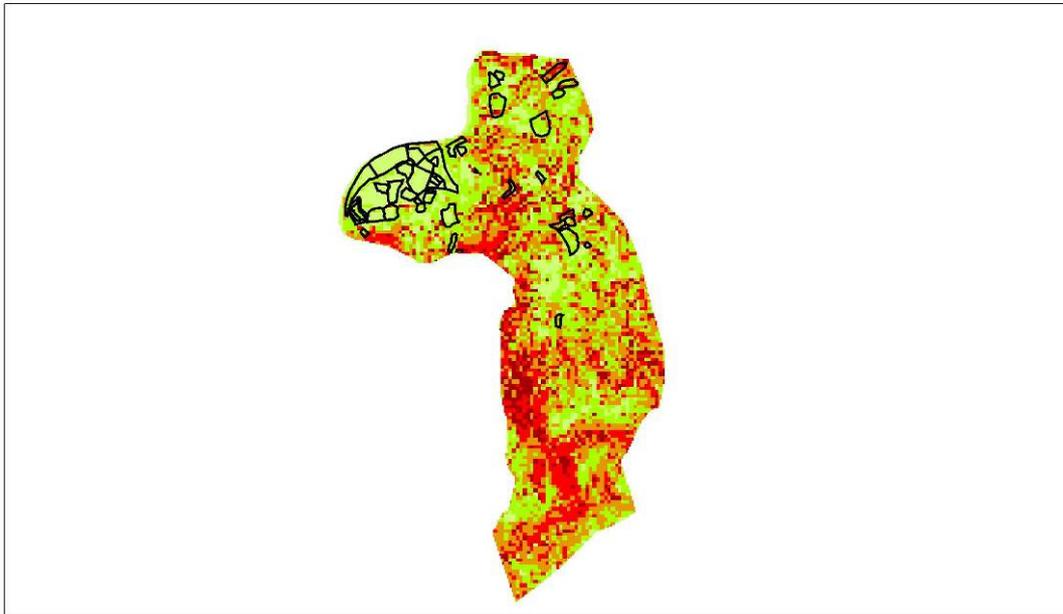
FREGUESIA DE BALANÇA

Esta freguesia, situada no quadrante Noroeste do município, é atravessada pela estrada nacional 205-3 que liga a Vila de Terras de Bouro a Amares e a Braga. Em termos demográficos podemos classificá-la como evidenciando densidades médias (a nível do município 104.2 hab/km²), e que, de 1991 para 2001, apenas perdeu um habitante.

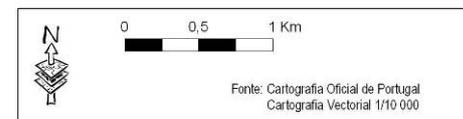
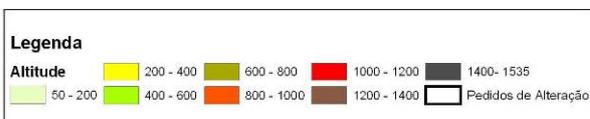
Dos cerca de 347 pedidos de alteração ao PDM, 40 incidem na freguesia de Balança, sendo maioritariamente pedidos de alteração sobre a Reserva Agrícola Nacional para Urbano ou Rural de Construção.

Figuras n.º 1 e 2

Carta de Declives - Freguesia de Balança

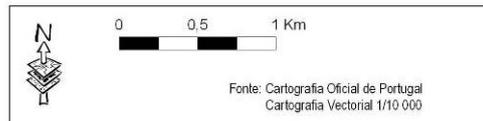
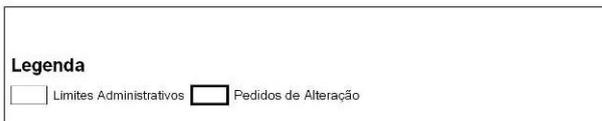


MDT - Freguesia de Balança

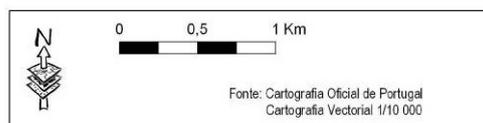
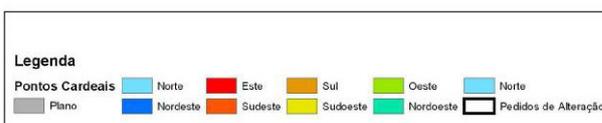
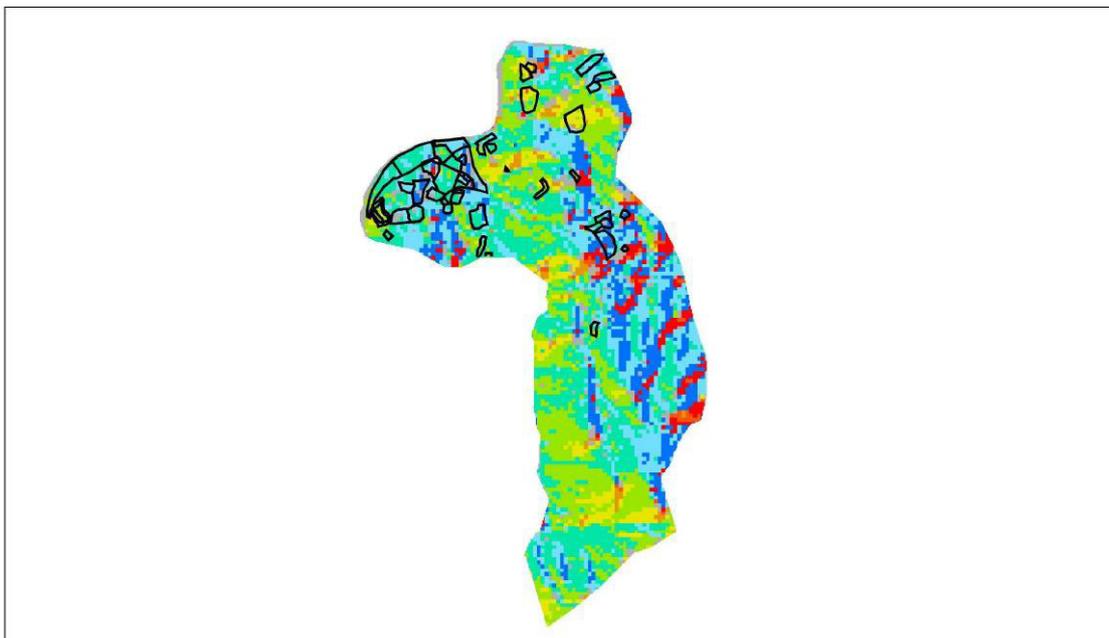


Figuras n.º 3 e 4

Ortofotomapa - Freguesia de Balança

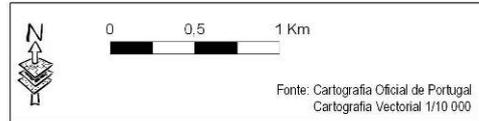
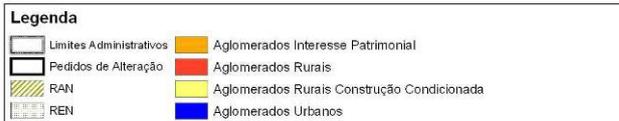
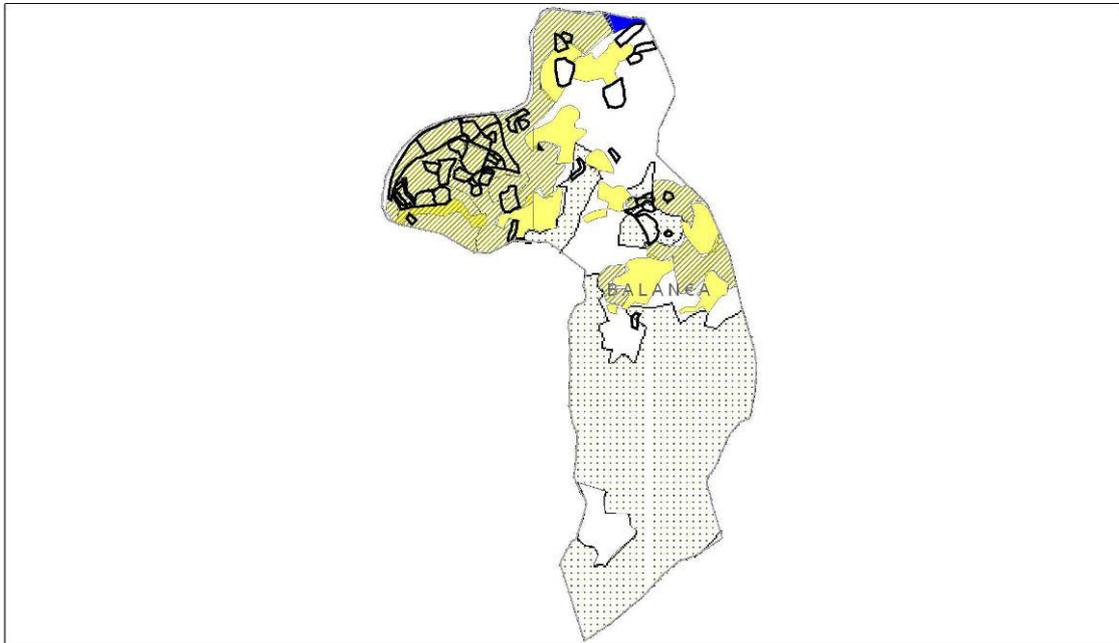


Carta da Exposição Solar - Freguesia de Balança

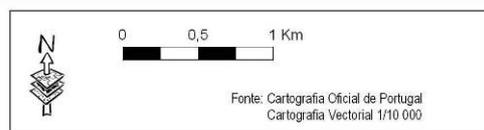
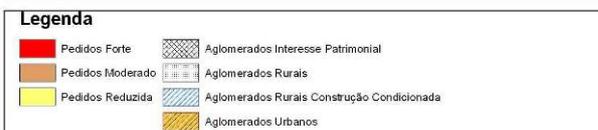
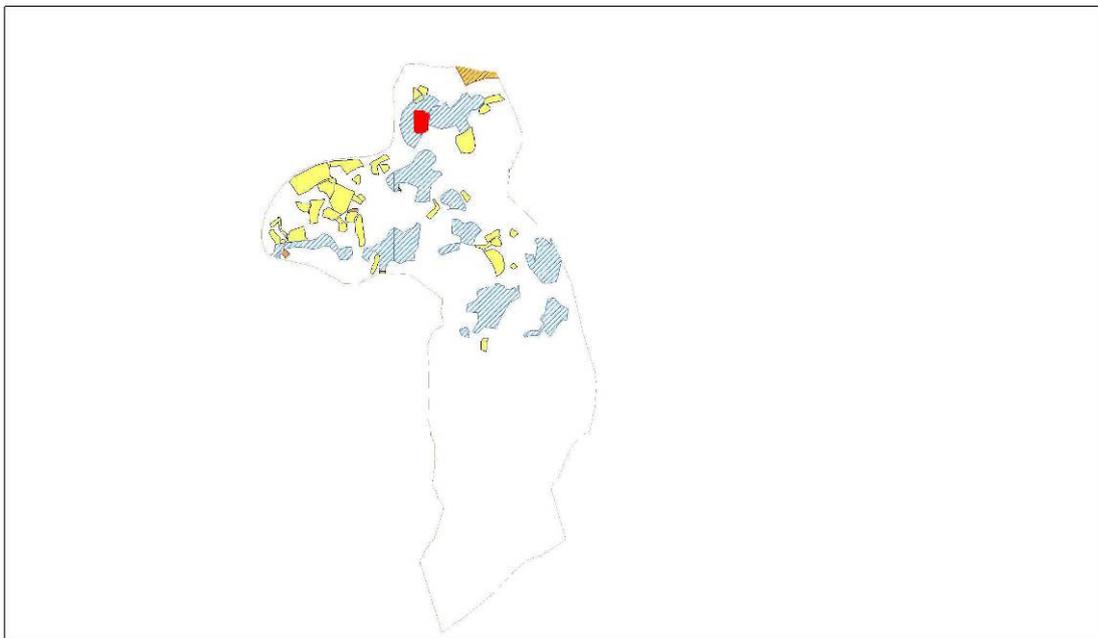


Figuras n.º 5 e 6

P.D.M. Actual - Condicionantes -



Pedidos e sua Viabilidade



Os pedidos localizam-se, preferencialmente, em zonas de declive moderado não ultrapassando os 16% de declive, como se pode aferir através da carta de declives e do Modelo Digital de Terreno.

Esta freguesia encontra-se maioritariamente virada ao quadrante Norte, pois localiza-se na margem esquerda do Rio Homem. É uma freguesia montanhosa, sendo a variação hipsométrica entre os 50 m e os 600 m de altitude.

As zonas mais urbanizadas envolvem a Estrada Nacional 205-3, em direcção ao concelho vizinho de Amares.

Tabela n.º 1 – Avaliação Pedidos de Alteração Balança.

Identificador	Localização	Dimensão (ha)	Classificação	Viabilidade	Fundamentação
1	Quintaes	0,63	PP	Reduzida	Zona isolada e sem infra-estruturas.
1-b	Quintaes	0,03	EM	Moderada	Área privilegiada para expansão do aglomerado, ao longo de um arruamento já existente
2	Quintaes	0,24	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
3	S.Pantaleao	0,32	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
4	S.Pantaleao	0,27	ME	Reduzida	Zona isolada e sem infra-estruturas.
5	Moure	1,16	PP	Reduzida	Zona isolada e sem infra-estruturas.
5-b	Moure	0,06	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
5-c	Moure	0,87	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
5-d	Carrazedo	0,94	ME	Reduzida	Zona isolada e sem infra-estruturas.
5-e	Carrazedo	0,13	PP	Reduzida	Zona isolada e sem infra-estruturas.
5-f	Carrazedo	0,21	EM	Moderada	Inclusão no perímetro urbano de uma área já ocupada com habitações, regularização
6		1,41	CM	Reduzida	Zona sem infra-estruturas e de condicionalismos de nível superior.
7	Carrezedo	0,14	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
8	Lamelas	2,12	EM	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
9	Moure	0,63	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
10	Assento	0,3	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
11		0,41	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
12	S. Pantaleao	0,24	ME	Moderada	Área de possível expansão, junto a arruamento infra estruturado.
13	Moure	4,07	ME	Reduzida	Zona marginal do Rio Homem com plantação florestal
14	Moure	0,25	ME	Moderada	Habitações existentes entre duas estradas, zona de maturação do aglomerado

15	Barral	1,32	ME	Reduzida	Reserva Ecológica sem propósito funcionando como hiato à reserva agrícola,
16	Moure e Quintaes	1,37	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
17	Barral	0,29	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
18	Carrazedo	0,13	ME	Moderada	Habitações existentes, área com elementos urbanos
19	Barral	0,38	PP	Reduzida	Zona florestal
20	Barral	0,6	PP	Reduzida	Zona florestal
21	Moure	0,37	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
22	Moure	0,24	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
23	Moure	0,29	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
23-b	Moure	0,42	ME	Moderada	Espaço agrícola com proximidade de habitações e vias de acesso
23-c	Carrazedo	0,07	CM	Moderada	Habitação existente que fica cortada pela actual aglomerado urbano
23-d	Carrazedo	0,1	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
24		0,1	PP	Reduzida	Zona florestal
25	Moure	1,05	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
26-b	Carrazedo	0,53	ME	Moderada	Espaço agrícola com proximidade de habitações e vias de acesso
26	Carrazedo	0,12	ME	Moderada	Espaço agrícola com proximidade de habitações e vias de acesso
27	Balança	0,19	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
28	S.Pantaleao	1,55	ME	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
29	Moure	0,36	ME	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
29-b	Moure	0,14	ME	Reduzida	Zona florestal

Fonte: Trabalho de Campo, inquérito público de alteração ao PDM, cartografia vectorial 1/10000.

Analisando a tabela anterior ve-se que, na sua maioria os pedidos são de Viabilidade **Reduzida**, pois encontram-se distanciados dos actuais aglomerados populacionais, caracterizando-se, preferencialmente, por pedidos isolados de mudança de uso de solo sem coerência territorial.

FREGUESIA DE BRUFE

A freguesia de Brufe, situada no quadrante Noroeste do município, é a freguesia do concelho com menos população (apenas 57 habitantes) e com a segunda menor densidade populacional. Evidencia-se como uma das freguesias mais rurais do município.

Em função do descrito anteriormente, não é surpresa quando deparamos com apenas três pedidos de alteração nesta freguesia.

Esta é uma das freguesias do município mais acidentada topograficamente, como podemos verificar pelas cartas de Declives e MDT, sendo maioritariamente preenchida por um coberto vegetal de incultos e floresta, rareando os espaços agrícolas.

A nível das exposições solares é uma freguesia dividida entre a exposição ao Quadrante Sul, quente e seco e ao Quadrante Oeste moderado.

A nível da avaliação dos pedidos desta freguesia, estes classificam-se como moderados; pois a pretensão passa pela expansão dos actuais aglomerados urbanos e a criação de uma pequena indústria. Cremos que seja possível atender estes pedidos, salvaguardando uma nova delimitação e pela existência de presença urbana nos locais pretendidos.

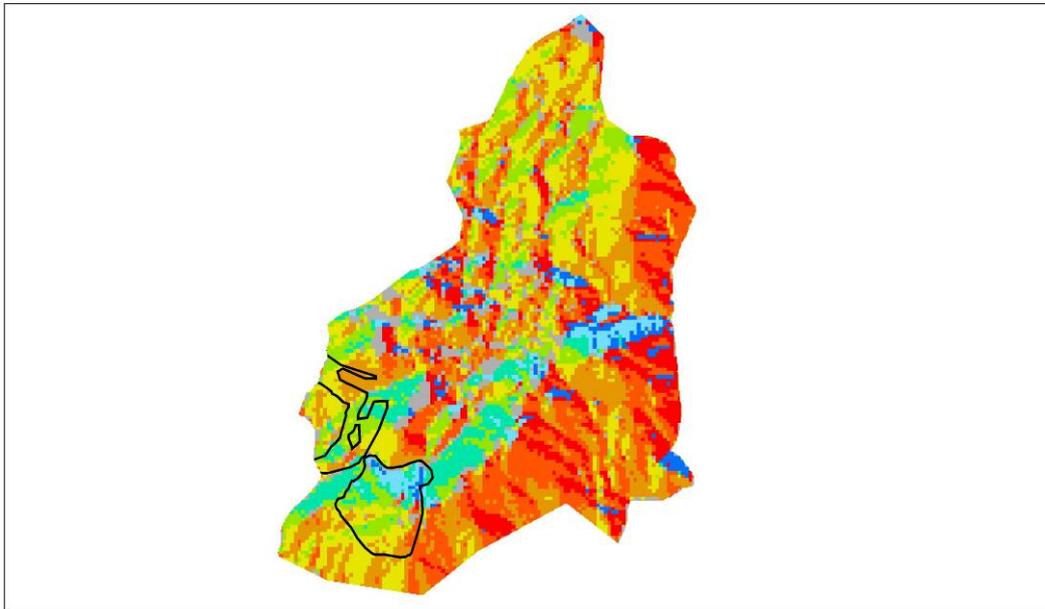
Tabela n.º 2 – Avaliação Pedidos de Alteração Brufe.

Identificador	Localização	Dimensão (ha)	Classificação	Viabilidade	Fundamentação
30	Cortinhas	0,75	ME	Moderada	Pretensão para Zona Industrial
31	Cortinhas e Oureiro	21,09	ME	Moderada	Espaço agrícola com proximidade de habitações e vias de acesso
32	Cortinhas e Oureiro	29,85	ME	Moderada	Espaço agrícola com proximidade de habitações e vias de acesso

Fonte: Trabalho de Campo, inquérito público de alteração ao PDM, cartografia vectorial 1/10000.

Figuras n.º 7 e 8

Carta da Exposição Solar - Freguesia de Brufe

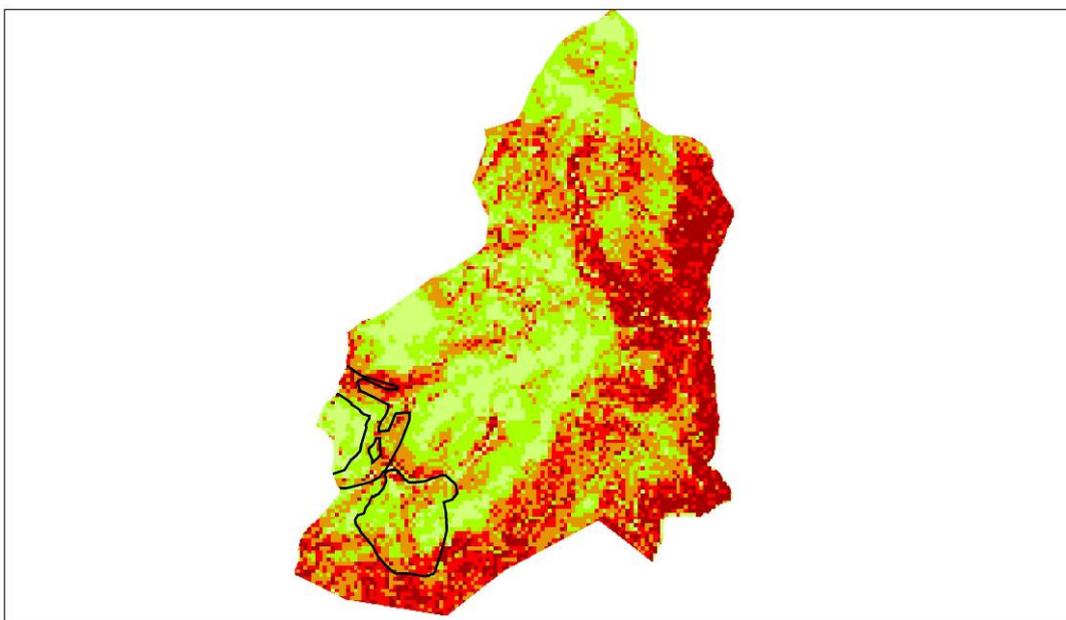


Legenda					
Pontos Cardeais	Norte	Este	Sul	Oeste	Norte
Plano	Nordeste	Sudeste	Sudoeste	Nordeste	Pedidos de Alteração

0 0,5 1 Km

Fonte: Cartografia Oficial de Portugal
Cartografia Vectorial 1/10 000

Carta de Declives - Freguesia de Brufe



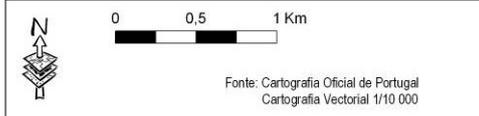
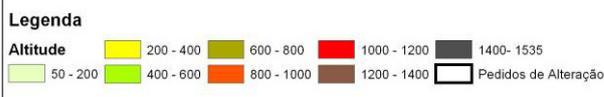
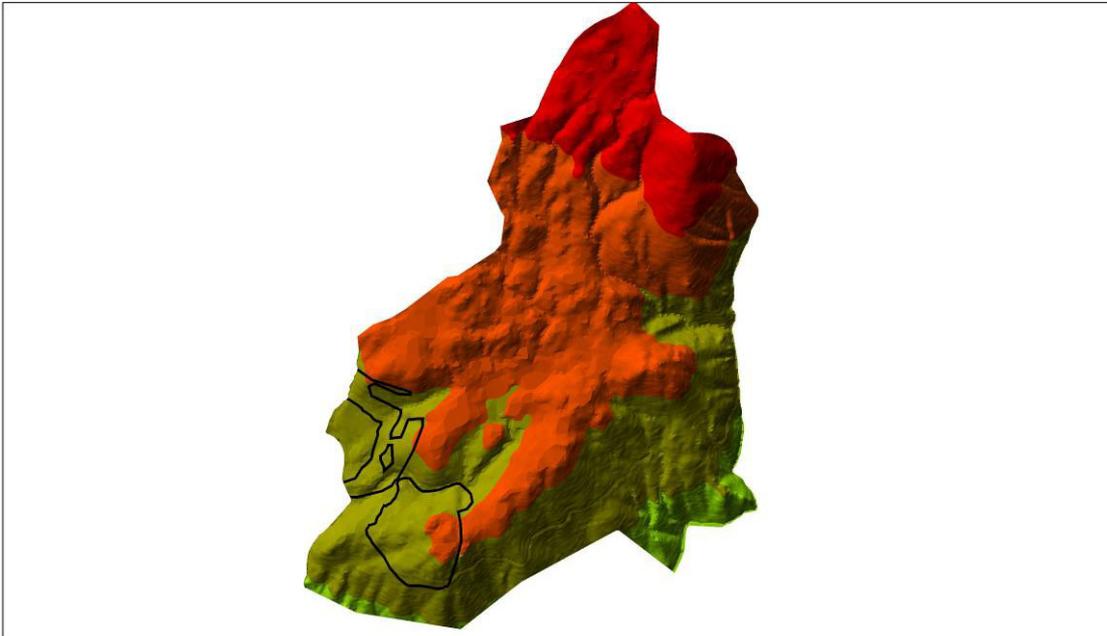
Legenda			
Declive	0 - 8	8,01 - 16	16,01 - 24
		24,01 - 32	>32
			Pedidos de Alteração

0 0,5 1 Km

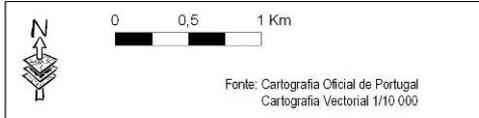
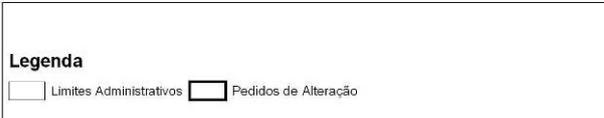
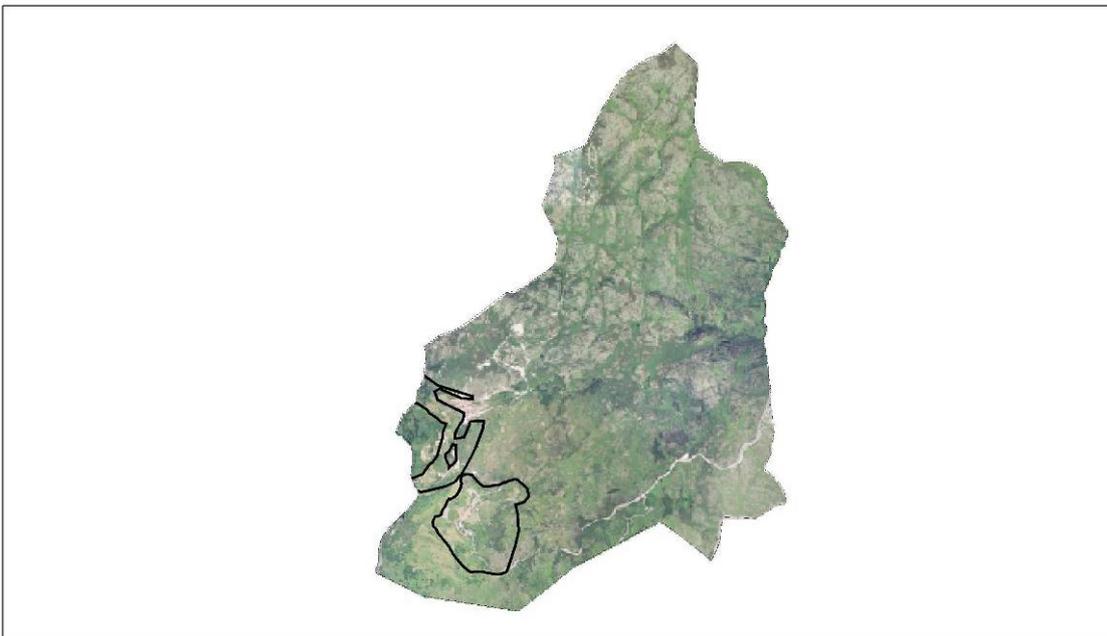
Fonte: Cartografia Oficial de Portugal
Cartografia Vectorial 1/10 000

Figuras n.º 9 e 10

MDT - Freguesia de Brufe

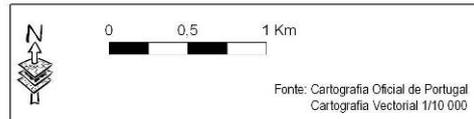
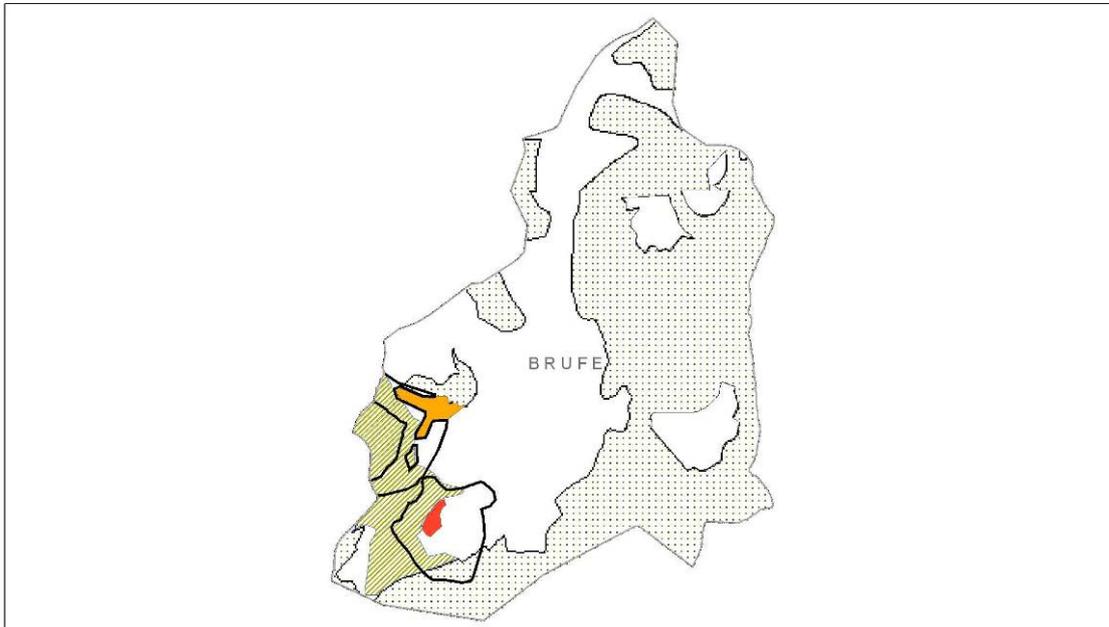


Ortofotomapa - Freguesia de Brufe

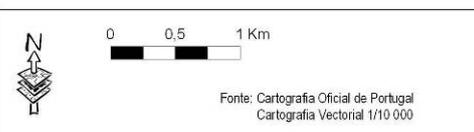
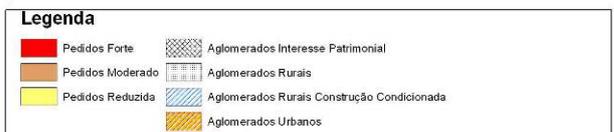
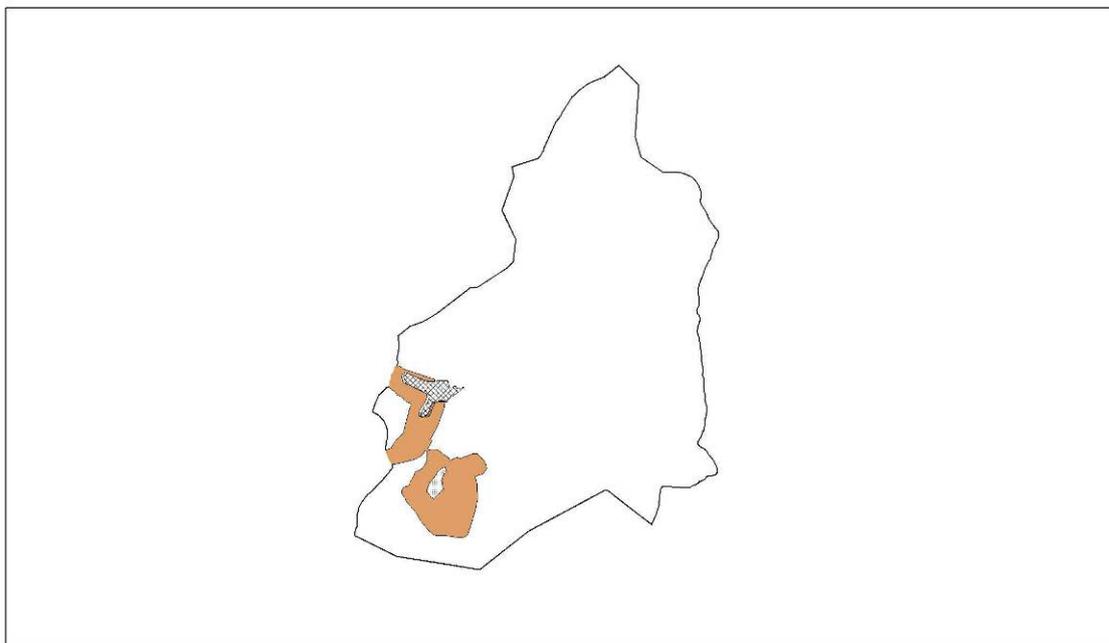


Figuras n.º 11 e 12

P.D.M. Actual - Condicionantes -



Pedidos e sua Viabilidade



FREGUESIA DE CAMPO DO GERÊS

A freguesia de Campo do Gerês situada, na parte Norte do município, conta com cerca de pouco mais de cento e oitenta habitantes e posiciona-se como a freguesia com menor densidade populacional, apenas 2.7 hab/km², embora seja a segunda maior freguesia do concelho com cerca de 68 Km².

No Campo do Gerês foram considerados 31 pedidos de alteração ao PDM. Na sua maioria relacionavam-se com a mudança para solo urbano de solo afecto a zonas Agro-Florestal, logo seguida por zonas de Reserva Ecológica Nacional (REN).

Talvez devido ao seu carácter de Aldeia Turística, é uma das freguesias com maior número de pedidos de mudança do solo para Equipamentos Turísticos: cerca de 9 pedidos dos 14 registados ao nível do municipal⁸.

Esta freguesia encontra-se quase na sua totalidade inserida em perímetro do P.N.P.G., e podemos ver que é uma das freguesias mais montanhosas, evidenciando um relevo bastante acidentado, situando-se no seu seio a barragem de Vilarinho das Furnas.

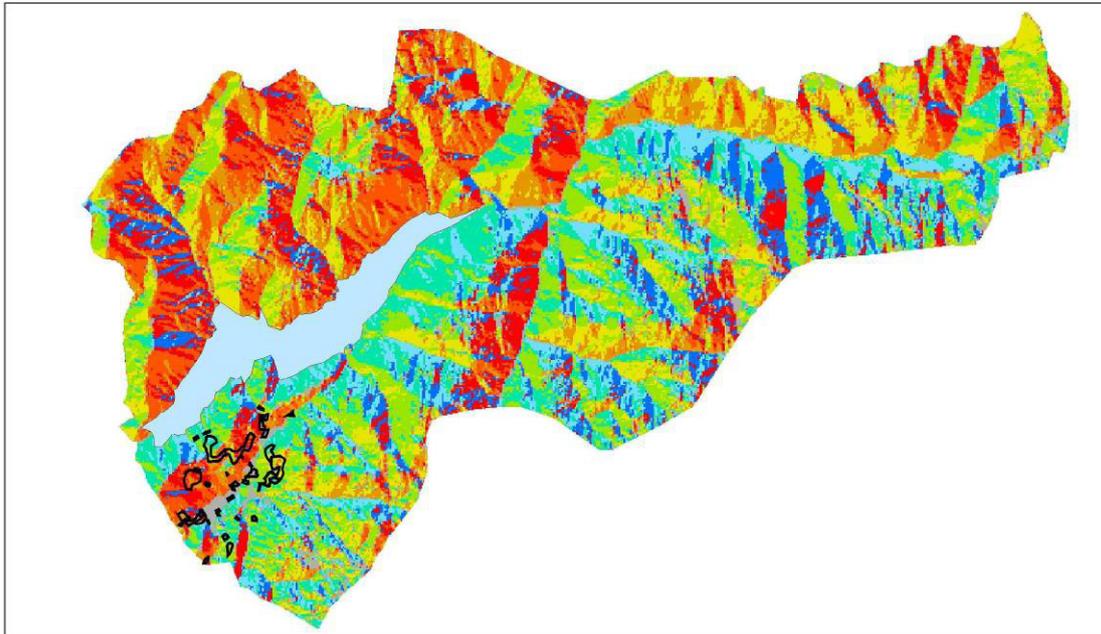
Devido a tais características fisiográficas esta freguesia, em termos espaciais, é maioritariamente classificada como REN.

Em termos de viabilidade dos pedidos de alteração ao uso do solo, vemos que os de Viabilidade **Reduzida** e Viabilidade **Moderada** apresentam um peso muito próximo. Mesmo assim, os de Viabilidade **Reduzida** sobrepõem-se devido às condições fisiográficas anteriormente descritas, que tornam a execução de modificações territoriais em grandes impactos para o Meio Natural.

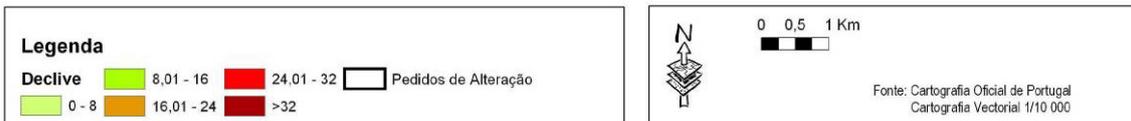
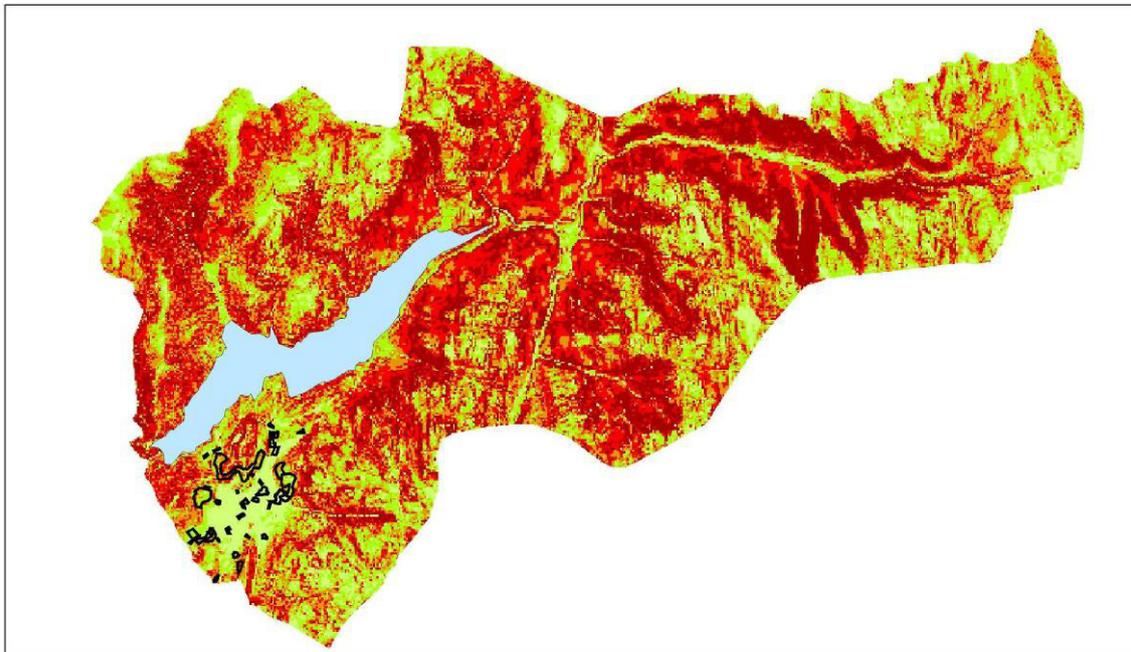
⁸ Pensamos que a consideração sobre este zonamento se deve aprofundar um pouco melhor a nível dos equipamentos pretendidos, pois, alguns deles, podem não necessitar de uma desafecção para níveis de solo urbano.

Figuras n.º 13 e 14

Carta da Exposição Solar - Freguesia de Campo do Gerês

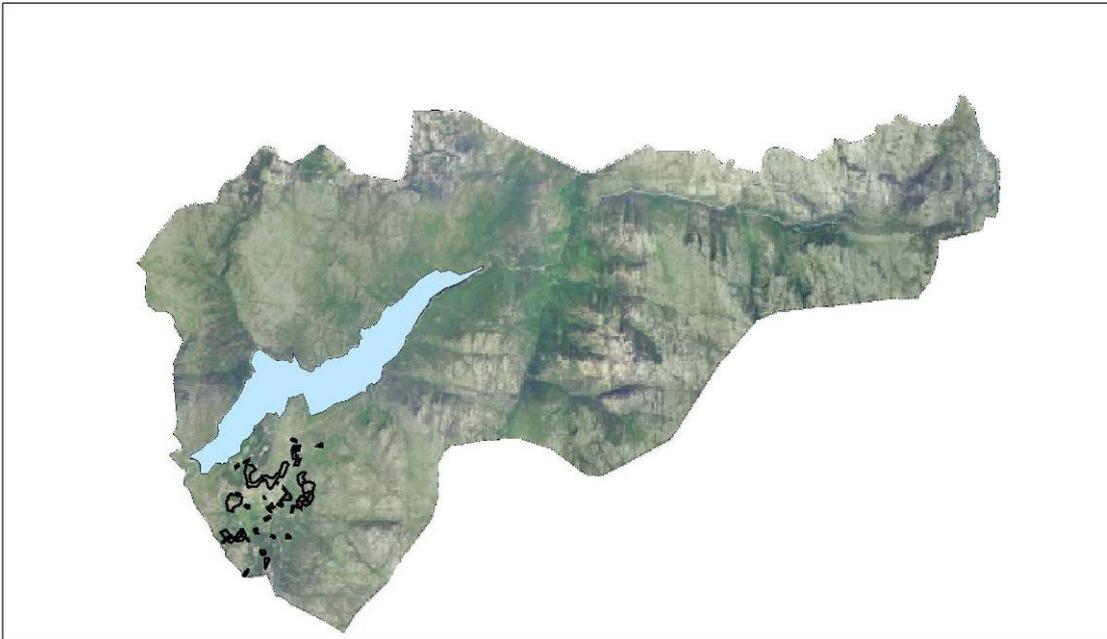


Carta de Declives - Freguesia de Campo do Gerês

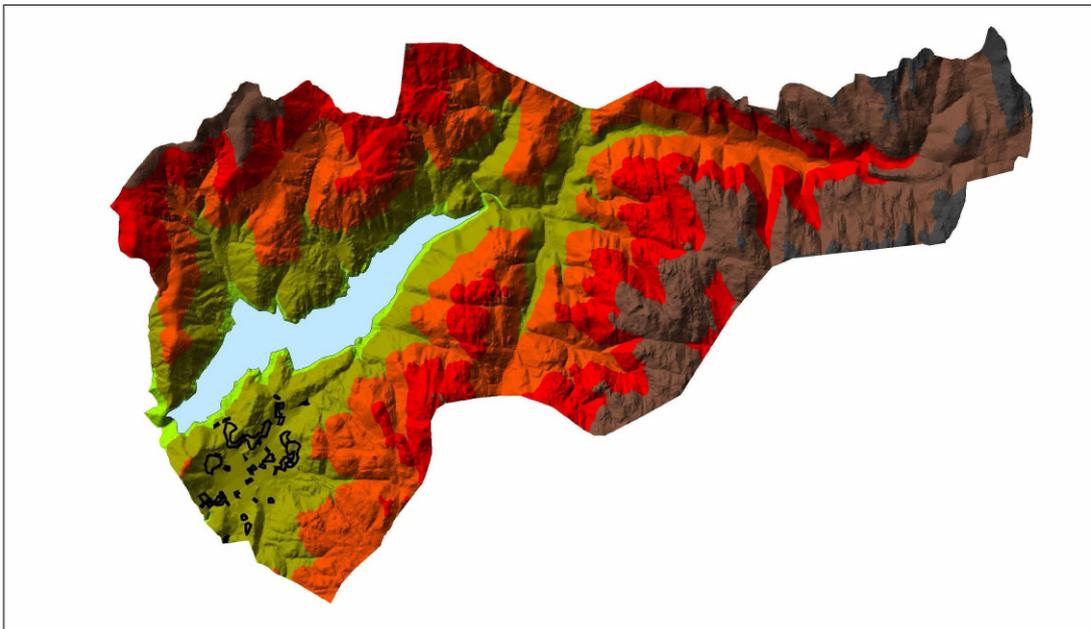


Figuras n.º 14 e 15

Ortofotomapa - Freguesia de Campo do Gerês

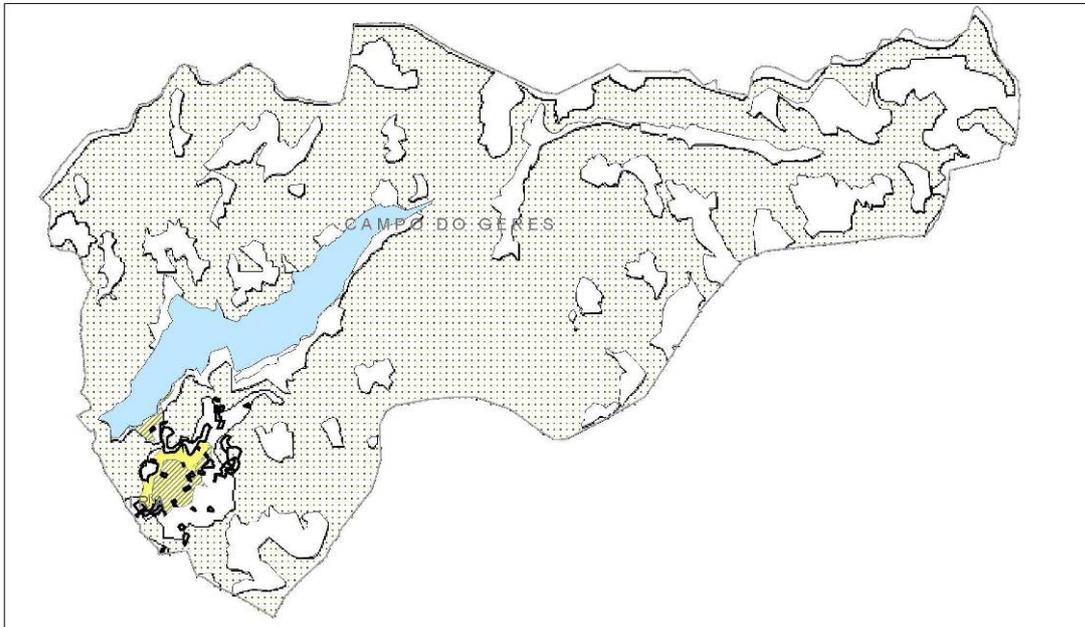


MDT - Freguesia de Campo do Gerês



Figuras n.º 17 e 18

P.D.M. Actual - Condicionantes -



Pedidos e sua Viabilidade

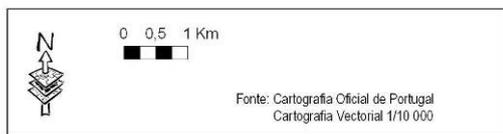
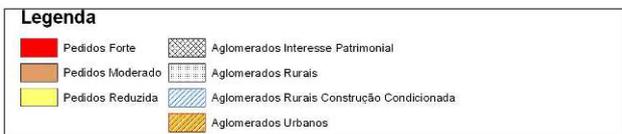
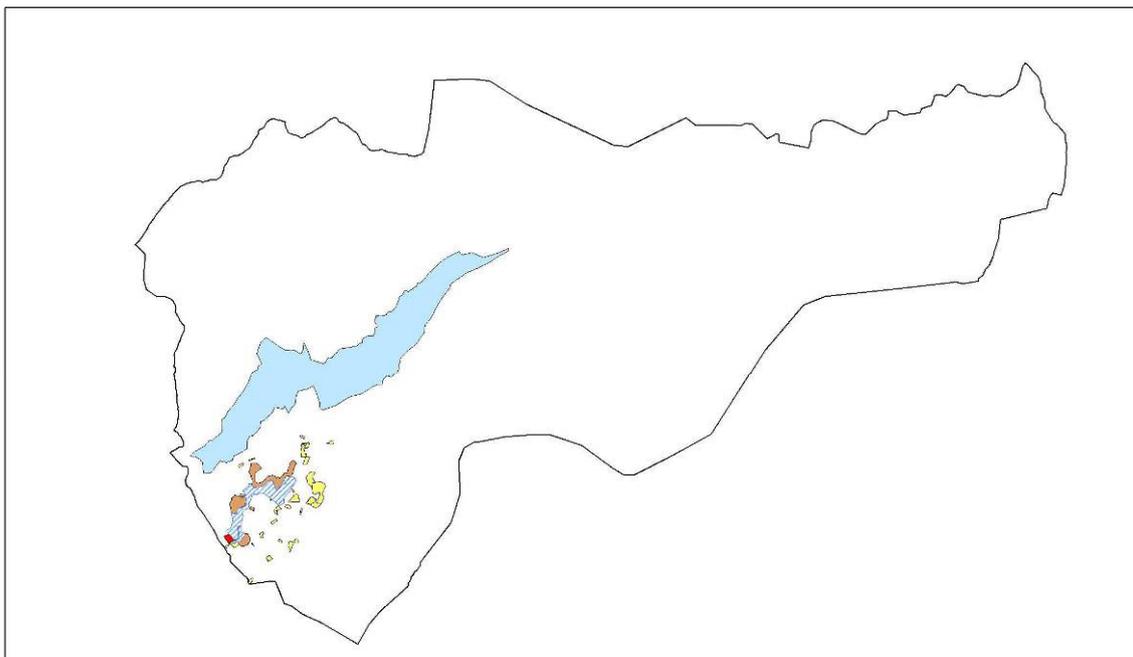


Tabela n.º 3 – Avaliação Pedidos de Alteração Campo do Gerês.

Identificador	Localização	Dimensão (ha)	Classificação	Viabilidade	Fundamentação
34		5,50	ME	Reduzida	Incultos
35	Campo do Gerês	0,34	ME	Moderada	Espaço agrícola com proximidade de habitações e vias de acesso
36	Campo do Gerês	2,30	ME	Moderada	Equipamentos Turísticos
37	Campo do Gerês	0,81	PP	Reduzida	Zona florestal
38	Campo do Gerês	0,24	PP	Reduzida	Zona florestal
39	Campo do Gerês	1,08	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
40	Carvalhos de Cerdeira	0,06	CM	Moderada	Mudança de índice
41	Carvalhos de Cerdeira	0,18	CM	Moderada	Existência de habitação
42	Guarda e Parede Nova	0,14	ME	Moderada	Existência de habitação
43	Guarda e Parede Nova	0,20	PP	Reduzida	Zona florestal
44	Sarilhão	0,27	PP	Reduzida	Zona florestal
45	Guarda	0,15	PP	Reduzida	Zona florestal
46	Campo do Gerês	0,21	PP	Moderada	Equipamentos Turísticos
47	Campo do Gerês	0,05	ME	Forte	Colmatação, Zona urbana
48	Campo do Gerês	0,18	PP	Reduzida	Zona florestal
49	Campo do Gerês	0,14	PP	Reduzida	Zona florestal
50	Campo do Gerês	10,55	ME	Reduzida	Incultos
50-b	Campo do Gerês	0,18	ME	Reduzida	Incultos
51	Campo do Gerês	1,36	ME	Reduzida	Zona florestal
52	Campo do Gerês	1,29	ME	Moderada	Equipamentos Turísticos
53	Campo do Gerês	0,47	ME	Moderada	Equipamentos Turísticos
54	Campo do Gerês	0,36	ME	Moderada	Existência de habitação
55	Campo do Gerês	0,31	ME	Reduzida	Incultos
56	Carvalho	0,35	ME	Moderada	Equipamentos Turísticos
57	Campo do Gerês	0,08	PP	Reduzida	Zona florestal
59	Campo do Gerês	0,37	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
60	Campo do Gerês	5,06	ME	Moderada	Equipamentos Turísticos
61	Cerdeira	2,06	ME	Moderada	Equipamentos Turísticos
62	Campo do Gerês	0,85	PP	Reduzida	Zona florestal
63	Campo do Gerês	2,06	PP	Moderada	Equipamentos Turísticos
64	Campo do Gerês	0,32	PP	Moderada	Equipamentos Turísticos

Fonte: Trabalho de Campo, inquérito público de alteração ao PDM, cartografia vectorial 1/10000.

FREGUESIA DE CARVALHEIRA

A freguesia de Carvalheira, situada na parte central do município, conta com cerca de 450 habitantes a que corresponde uma densidade populacional de 49.5 hab/km².

Registaram-se 32 pedidos de alteração ao PDM nesta freguesia, sendo que, mais de metade, se prende com a mudança de uso do solo de Agro-Florestal para solo urbano, seguido pelos pedidos em zona de RAN.

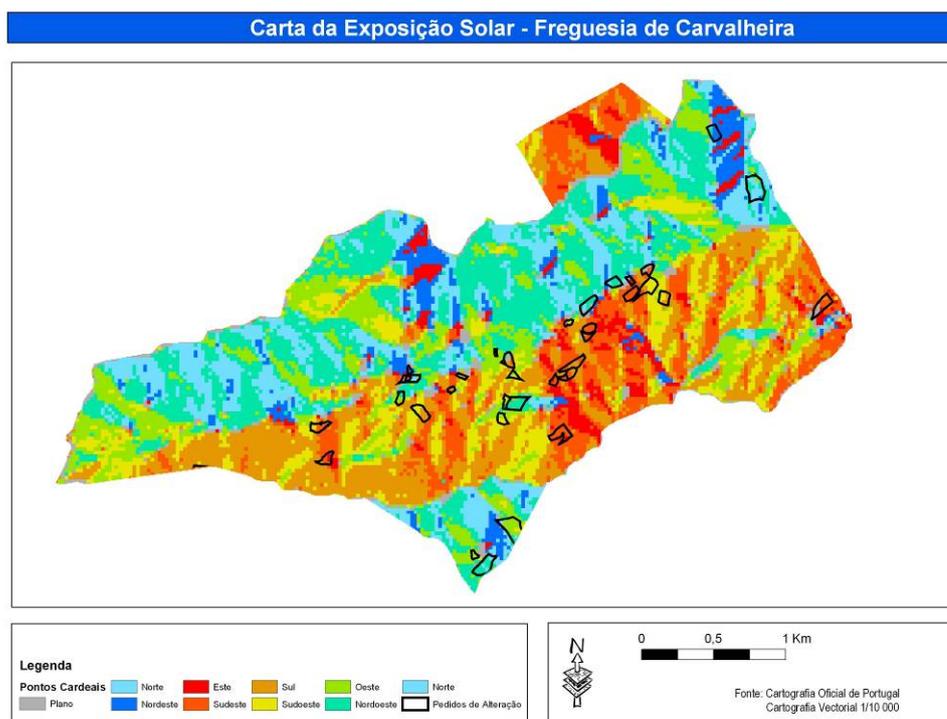
Os pedidos de alteração localizam-se quase na totalidade na vertente virada ao quadrante Sul e na parte Central da freguesia.

Vemos que também nesta freguesia os pedidos estão bastante dispersos e longe dos aglomerados urbanos actuais.

Esta freguesia é maioritariamente “ocupada” pelas Condicionantes de RAN e REN.

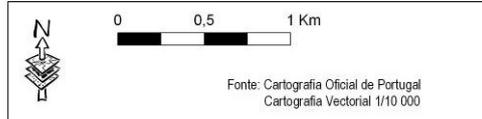
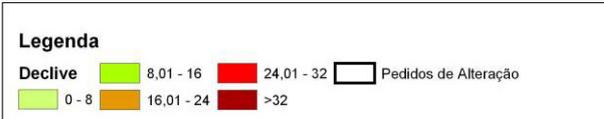
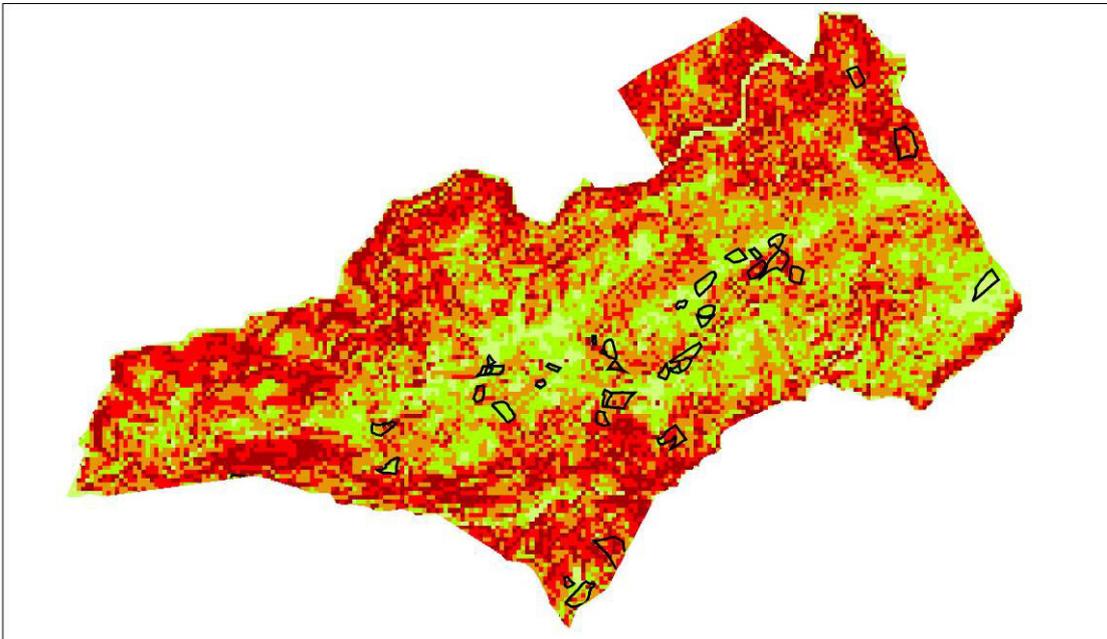
É uma freguesia topograficamente muito acidentada, sendo mesmo os declives apresentados quase sempre superiores a 8%.

Figura n.º 19

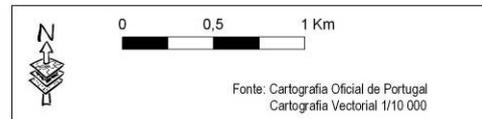
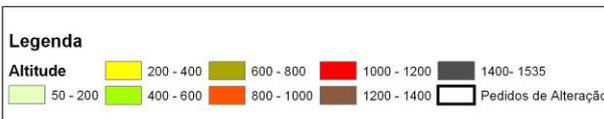
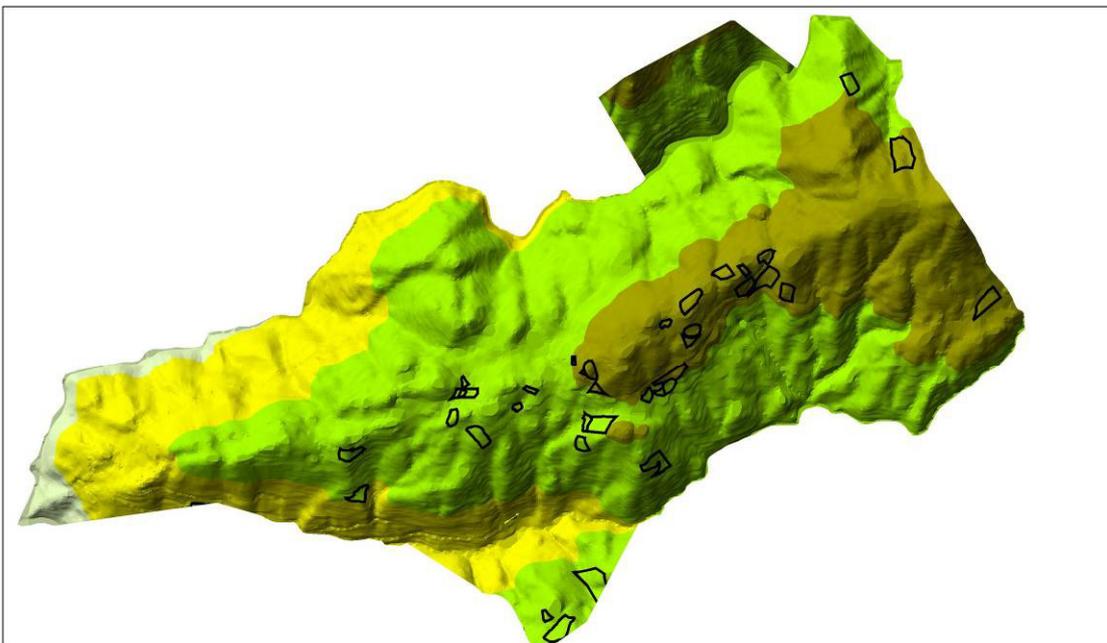


Figuras n.º 20 e 21

Carta de Declives - Freguesia de Carvalheira

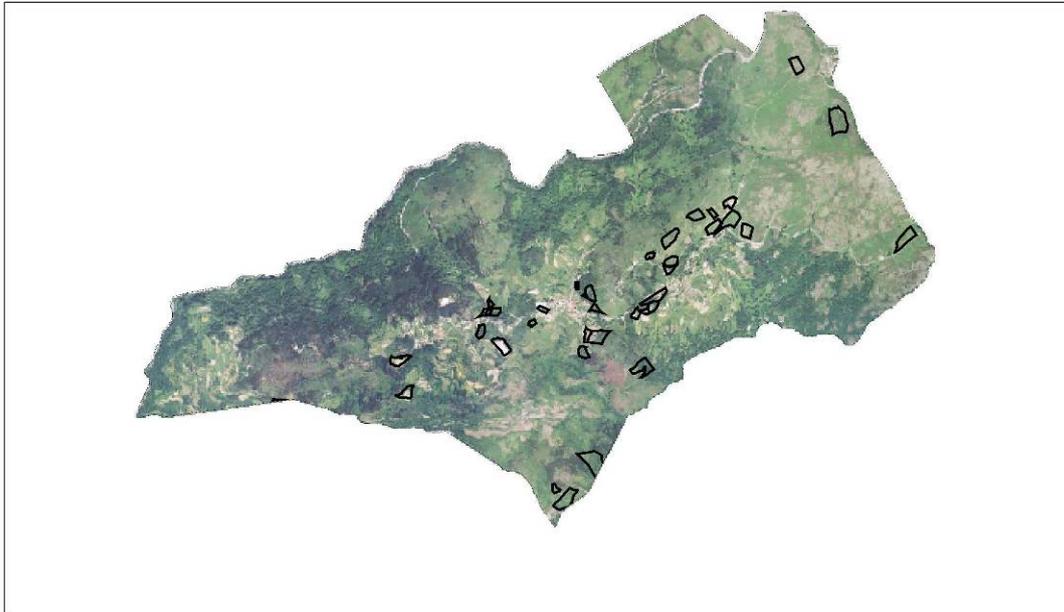


MDT - Freguesia de Carvalheira



Figuras n.º 22 e 23

Ortofotomapa - Freguesia de Carvalheira



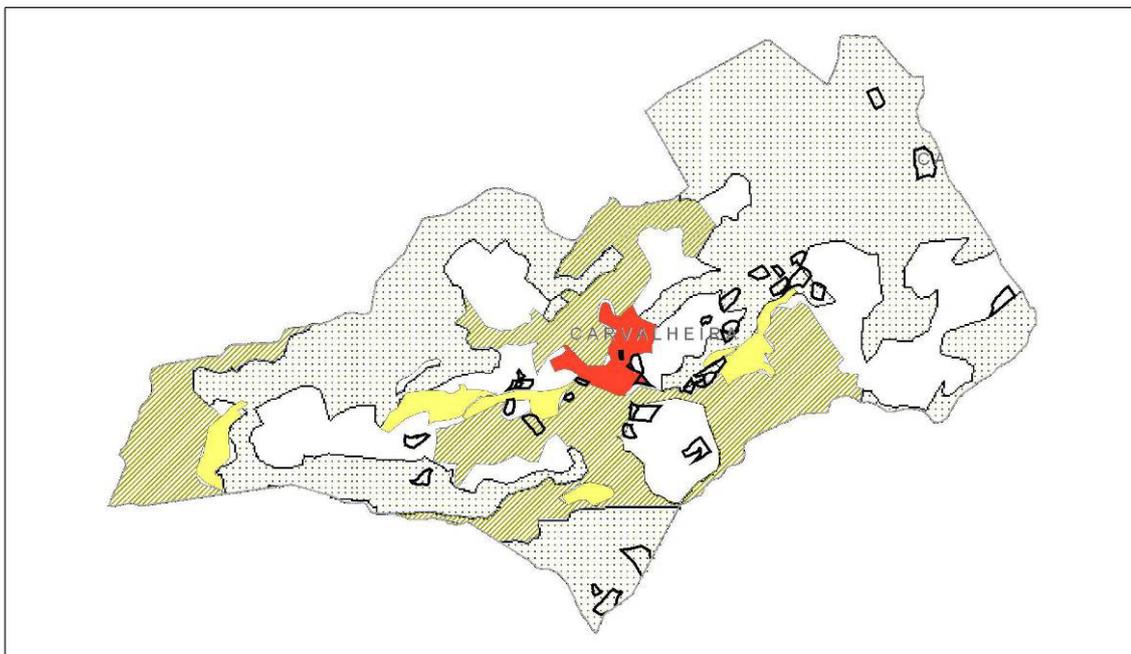
Legenda

Pedidos de Alteração
 Limites Administrativos

0 0,5 1 Km

Fonte: Cartografia Oficial de Portugal
Cartografia Vectorial 1/10 000

P.D.M. Actual - Condicionantes -



Legenda

Limites Administrativos
 Agglomerados Interesse Patrimonial
 Pedidos de Alteração
 Agglomerados Rurais
 Agglomerados Rurais Construção Condicionada
 RAN
 Agglomerados Urbanos
 REN

0 0,5 1 Km

Fonte: Cartografia Oficial de Portugal
Cartografia Vectorial 1/10 000

Figura n.º 24

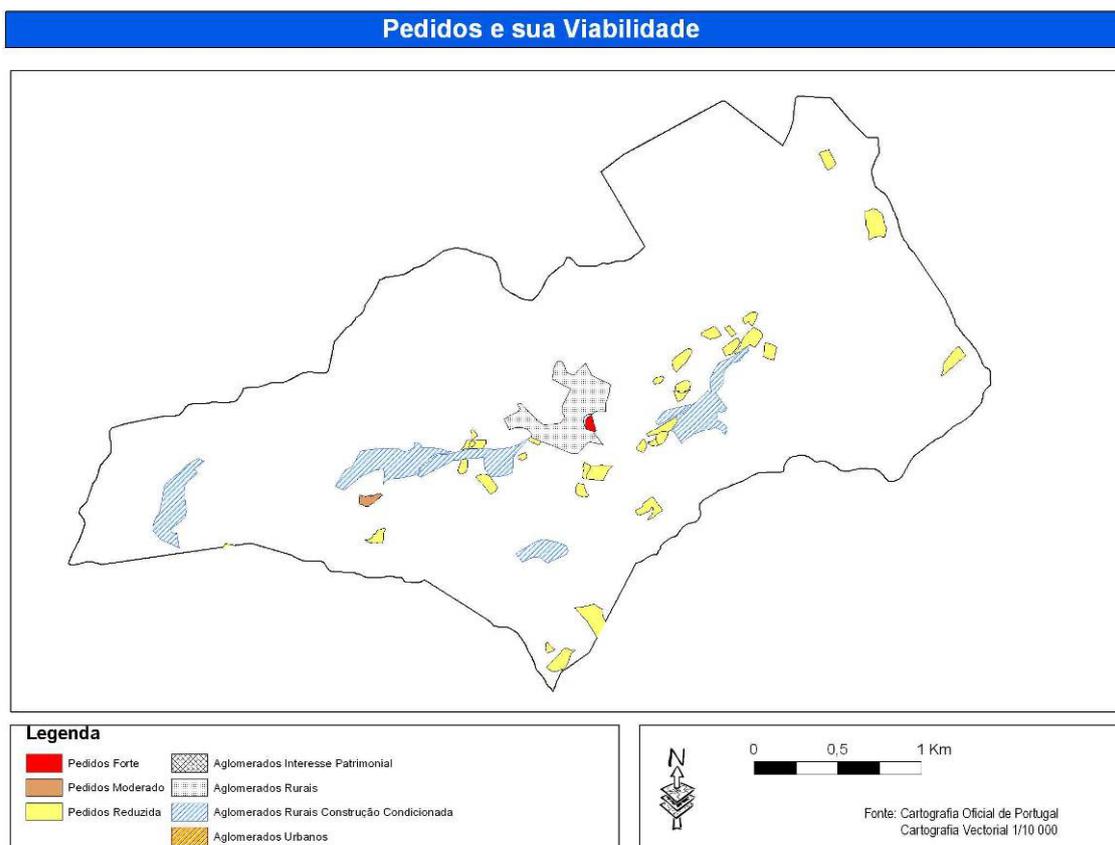


Tabela n.º 4 – Avaliação Pedidos de Alteração Carvalheira.

Identificador	Localização	Dimensão (ha)	Classificação	Viabilidade	Fundamentação
65	Ervedeiros	0,10	ME	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
66	Assento	0,17	CM	Moderada	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
67	Ervedeiros	0,13	ME	Reduzida	Zona florestal
68	Cabaninhas	0,55	ME	Reduzida	Mudança de classe
69	Paredes	0,79	CM	Moderada	Colmatacao Zona urbana
70	Assento	1,00	ME	Reduzida	Zona florestal
71	Carvalheira e Paredes	0,16	PP	Reduzida	Existência de Habitação
71-b	Carvalheira e Paredes	0,28	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
71-c	Carvalheira e Paredes	0,29	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos
71-d	Carvalheira e Paredes	0,39	PP	Reduzida	Espaço agrícola sem presença de elementos urbanos